



**DIRECTOR**  
**Álvaro Afonso dos Santos**  
 SECRETÁRIO DA REDACÇÃO  
 F. ALVES DE AZEVEDO  
 ADMINISTRADOR E EDITOR  
 ANTÓNIO PEDRO MURALHA

**SEDE**  
 RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º  
 Endereço Telegráfico  
 «MINERVA»  
 TEL. 2 4253  
 Propriedade da Empresa  
**PORTUGAL COLONIAL**

**PREÇO AVULSO**  
 Metrópole..... 3\$00  
 Colónias..... 4\$00  
 (ASSINATURAS)  
 Metrópole (6 meses)... 18\$00  
 Colónias (6 meses)... 24\$00

**COMPOSTO E IMPRESSO**  
 OTTOSGRAFICA LIMITADA  
 Conde Barão, 50 — LISBOA  
 Visado pela Comissão de Censura

**SUMÁRIO**

UMA CARTA MENSAL DE PORTUGAL PARA AS COLÓNIAS..	<i>Dr. Agostinho de Campos</i> Professor, escritor e jornalista
BOLAMA PODE TORNAR-SE UM GRANDE MERCADO DE EXPORTAÇÃO.....	<i>Horácio Sampaio</i> Antigo Secretário Geral Consultor da Associação Comercial de Bolama
A CONVENÇÃO COM A UNIÃO SUL AFRICANA.....	***
OS NOVOS GOVERNADORES DE PROVÍNCIA — NOTÁVEL DISCURSO DO SR. MINISTRO DAS COLÓNIAS .....	***
I CONGRESSO DE AGRICULTURA COLONIAL.....	***
A SITUAÇÃO ECONÓMICA DE ANGOLA .....	***
OS DIREITOS DE IMPORTAÇÃO DO ARAME FARPADO, PARAFUSOS E PREGARIA, RÊDE DE ARAME, TUBO DE CHUMBO E CHUMBO LAMINADO NAS PAUTAS DA COLÓNIA DE ANGOLA .....	***
PÁGINA LITERÁRIA—ÁFRICA—TERRA PORTENTOSA .....	<i>Carlos Selvagem</i>
ANGOLA-PULLMAN—UM FILME FRANCÊS EM QUE SE FAZ JUSTIÇA À OBRA PORTUGUESA EM ÁFRICA .....	<i>António Lopes Ribeiro</i>
DA IMPRENSA COLONIAL TRANSCREVE-SE .....	<i>F. Alves de Azevedo</i> Diplomado com o Curso Superior Colonial
CRÓNICA DO MÊS .....	<i>F. Alves de Azevedo</i>
NOTAS DO MÊS .....	***
INFORMAÇÕES, ETC .....	***
ESTATÍSTICA.....	***

# Carta mensal

## de Portugal

para as **Pelo dr.  
Agostinho  
de  
Campos**  
Colónias

**C**HEGUEI na tarde de 13 de Junho de Coimbra a Lisboa, onde tinha qualqueter serviço oficial e onde encontrei certas ruas carregadas de gente, e outras desertas e mortas. Era a hora em que no centro urbano se esperava o cortejo histórico do século XVIII, a cuja passagem assisti do Pôsto dos Telefones, no Rossio, entre gente desconhecida e ingénua. (Chamo «ingénua» àquela que vê as coisas com a alma limpinha de segundos sentidos, e a inteligência, pouca ou muita, liberta de objecções partidárias).

Como todos os mil e mil espectadores que me rodeavam atentos, tinha os olhos presos à sinfonia das côres, dos movimentos e das formas em desfile; com mais capacidade de comentário que por-ventura a maioria deles, observava, e admirava ao mesmo tempo no meu íntimo, o esforço de preparação e combinação que o belo espectáculo representava, para além ou para trás de si. E ia dizendo comigo que aquela festa assumia carácter verdadeiramente cívico, porque era para todos e contra ninguém. Nada tinha de comum com o travo maldoso dos foguetes que se vão deitar à porta do chefe do partido contrário, nem com as «piedosas» homenagens políticas a cemitérios, premeditadas para atirar com certos mortos à cara de certos vivos.

Demorei-me uns dias em Lisboa e falei com estes e com aqueles, ao sabor dos encontros: com portugueses e com estrangeiros, com talassas e com apolíticos, com ricos e pobres, altos e baixos — com todo o bichio-careta. Vendo que o assunto das conversas era sempre o mesmo e quasi maníaco — as festas, a boa ordenação das festas, a beleza das festas, o encanto das festas — interessou-me tanto interesse, comecei a estudar o caso psicológico e, já de propósito, puz-me a entrevisitar toda a espécie de gente:

*Frei Azeite, Frei Vinagre,  
Frei Alho e Frei Pimentão...*

*E Frei Vinagre, magro, soturno e lívido, silvou-me assim a sua impressão tristíssima:*

— *Uma dinheirama gasta em inutilidades, neste tempo de crise. Poeira aos olhos do povo: como não há panem, toma lá circenses... Mas V. deve ter notado a tristeza da multidão.*

*Esta «tristeza da multidão» era aquilo mesmo a que Frei Pimentão, gordo, nédio e optimista, chamou convicto, quando logo adiante o encontrei na outra esquina, «a admirável compostura do povo». Era também aquilo que eu próprio observava agora em mim retrospectivamente: absorvido a ver o que nunca tinha visto entre nós, não podia, ao mesmo tempo, distrair-me a esbracejar e a gargalhar de alegria, nem me lembrei de insultar os espectadores meus vizinhos, ou de os afligir com pontapés e facadas.*

*Opanem et circenses de Frei Vinagre andava em tôdas as bôcas da opposição latinista e erudita, mas que nunca tratou, quando era govêrno, de acabar com o analfabetismo do povo. E o dinheirão gasto agora em visualidades trouxe-me ao pensamento esta ideia risonha: quando não havia crise, também não havia festas; e o que se poupou em decorações e cortejos noutros tempos felizes não impediu que as estradas morressem de pura miséria, nem que aos olhos do povo se atirasse a poeira que elas faziam ao desfazer-se.*

*De tôdas estas observações e sondagens distilei a seguinte conclusão: contentamento grande em toda a gente, como regra geral; e, como regra mais geral ainda, a inconsciência total dos motivos profundos que originavam tanta satisfação.*

*A mesma coisa com a Exposição Colonial do Pôrto: organizou-se depressa e com um mínimo de dispêndio para o Tesouro; abriu pontualmente à hora marcada; soube aproveitar experiências congêneres e anteriores de outros países, e revelou, no seu belo conjunto, uma continuada vontade de realizar e um forte e certo poder de realização. Como prêmio, tem tido êsse êxito nacional enorme, do qual se pode papaguear sinceramente que não encontra precedentes e excedeu toda a expectativa...*

*Mas, nas repercussões ou reflexos da opinião e do público é preciso distinguir dois princípios activos que já não confunde quem tenha sido, como nós e toda a vida, aprendiz de pedagogo ou de filósofo.*

*Há, na superfície visível, o coficiente da novidade e da curiosidade satisfeita; e há, mais no íntimo e recôndito das almas que a si mesmas se não sabem confessar, outra surpresa maior: o*

# Bolama pode tornar-se um grande mercado de exportação

POR HORÁCIO SAMPAIO

*Antigo Secretário Geral Consultor da Associação Comercial de Bolama*

É habitual ouvir dizer, a cada momento, áqueles que — defendendo os seus interesses pessoais e esquecendo os da colectividade — preconizam a mudança da capital da Guiné para Bissau, que a cidade de Bolama vive, exclusivamente, dos lucros que lhe advêm dos dispêndios do funcionalismo nela residente. Tal afirmação carece de ser destruída, não levando em linha de conta o montante de produtos de exportação com que Bolama ou as regiões de sua influência beneficiam, anualmente, o porto de Bissau, mas, apresentando simplesmente, de forma clara, a posição económica que num futuro não longínquo, está reservado àquela cidade.

Numa exposição por nós elaborada por ocasião da Conferência Imperial e apresentada pela Associação Comercial de Bolama a S. Ex.<sup>ª</sup> o Governador da Colónia, enumeramos o conjunto de medidas que, segundo a nossa modesta opinião, se torna necessário adoptar para que a capital da Guiné possa, dentro em breve ocupar entre as cidades do Ocidente Africano o lugar a que tem direito, não só pelas suas tradições gloriosas e posição estratégica quanto à navegação do Atlântico Sul, como pela sua importância em face da política internacional respeitante ao norte de África e excepcionais condições

do seu pôrto de mar, em invejável situação geográfica com referência aos ricos territórios do «hinterland».

De parte se põem, neste artigo, as sugestões apontadas cuja aceitação mais interessa, própria-mente, ao embelezamento da cidade, à sua mais perfeita urbanisação ou ao melhoramento das suas condições higiénicas, para nos referirmos especialmente a certos factos que podem influir no desenvolvimento comercial da capital da Guiné e que são, por isso mesmo, merecedores de carinhosa atenção dos poderes públicos.

Bem ao contrário do que muitos julgam, o desenvolvimento comercial de Bolama e a sua transformação em mercado exportador, não poderá acarretar ao pôrto de Bissau o mais leve prejuizo. É evidente que não podemos carrear para Bolama produtos desviados do mercado de Bissau, porquanto, de tal desvio não adviria para a Colónia a mínima vantagem, dele podendo resultar, sòmente, benefícios locais para uma cidade em detrimento da outra. Ora, desde que sempre temos norteado os nossos trabalhos pela defesa dos interesses gerais da Guiné, e nunca por qualquer paixão bairrista, desnecessário se torna afirmar que não vimos apresentar alvitres dos quais resulte a manutenção da actual balança

---

*sentimento consolador de que também somos capazes de querer, de conseguir, de construir. Tanto nos temos visto evaporar em palanfrório e veleidade, por um lado, e por outro em distúrbios e lutas sem sentido ou sem ponta, que o acto desejado, pensado e consumado parece-nos um maná do céu e um começo de redenção.*

*E eis aqui o que observei através dos corpos opacos (por sinal sem raios X) e também me fez bem à alma:*

*Como se o organizador das Festas de Lisboa não fôsse Pastor de Macedo, e o da Exposição Colonial, Henrique Galvão (um e outro acompanhados de colaboradores e colaborações que souberam atrair e animar) todos ou muitos espectadores dos dois empreendimentos se sentiam bem dispostos e felizes, em que pese a Frei Vinagre, como se o organizador se chamasse apenas, ou nada menos do que — Portugal.*

*Pois agora, irmãos, o que é preciso é tomar*

*-lhe o gosto. Se tendes atmosfera favorável ao exercício calado e propício da Vontade — aproveitá-la. Se vos soube bem descobrir enfim que fazer é mais útil que falar, andai para diante. Se compreendestes que a coisa cívica não marcha nem gira sem acção concertada e entusiástica, procurai à volta e uni vontades entusiasmáveis. Elas não faltam, como não faltava a Bela a dormir na floresta mal encantada.*

*Não nos faltam, por outro lado, difíceis e longas tarefas de que todos somos credores perante o nome que herdámos da História e as gerações que ao futuro legaremos. Mas é preciso reaprendermos esta coisa tão simples e tão esquècida: que a Comunidade só prospera, e portanto só sente o conforto e o orgulho de existir e durar, onde há muito quem compreenda que o bem comum não nasce feito, nem se desencanta do matagal dos sonhos, sem muito trabalho cívico, e muita fé nos talismãs da iniciativa, da associação e da solidariedade.*

comercial, com a simples modificação das verbas estatísticas relativas a cada um dos dois portos de mar.

O que, na verdade, pretendemos provar, é a possibilidade de encontrar novas fontes de produção, fomentando a cultura de vastos territórios improdutivos ou de fraca produção, os quais, pela sua situação geográfica, ficariam sob a influência comercial de Bolama e que teriam de procurar no seu magnífico porto a natural saída dos seus produtos.



A região continental do Sul da Guiné, constituída pelos territórios que formam a actual Circunscrição de Fulacunda e se estendem desde a margem esquerda do rio Corubal até ao mar, ou até à linha de fronteira, é aquela, entre todas as da Colónia, que apresenta um maior atrazo e uma mais fraca produção.

No entanto, há que reconhecer que as condições do seu solo são, numa parte, semelhantes às das restantes regiões continentais, oferecendo outra parte muito maiores possibilidades de progresso e valorização que alguns territórios da Guiné, reputados ao presente como mais ricos. Nesta segunda parte se compreendem as regiões do Tombali e de Cachine, a primeira das quais já hoje em pleno desenvolvimento, o ponto de se poder considerar Catió—a principal povoação da área—um dos mais favorecidos centros agrícolas e comerciais da Colónia.

Situadas na zona de influência da capital, devem essas vastas e prometedoras regiões vir a ser as fornecedoras do futuro mercado exportador de Bolama. Urge, pois, promover e propulsionar o desenvolvimento económico dos territórios citados, de forma a obter deles o máximo rendimento, dentro de um determinado número de anos.

Como fazendo parte dos mesmos territórios, temos ainda de considerar as ilhas do grupo Tristão, situadas na foz do Compony, das quais a principal, possuindo uma área superior à da ilha de Bolama, abriga milhares de cabeças de gado, e que com a nossa inata generosidade continuamos a querer oferecer à França, colocando-as fora da nossa linha de fronteiras, não obstante aquele mesmo país, em todas as cartas geográficas, nos atribuir a sua propriedade e soberania.

Antes de se referir o «modus-faciendi» que, em nossa opinião aproveita ao objectivo exposto, detalharemos, sucintamente, as possibilidades de exploração comercial e agrícola que as regiões da margem esquerda do Corubal nos oferecem.

Uma simples vista de olhos sobre a carta agro-florestal da Colónia, mostra-nos que não é, decerto, a cultura da «mancarra» a que mais pode interessar a esses territórios, em cuja parte central e ao longo de toda a linha da fronteira se destacam largos maciços de essências florestais, em que abundam especialmente o «bissilon» (*khava senegalensis*) e o «pau sangue» (*pterocarpus erinaceus*)—enorme riqueza totalmente inexplorada e cujo aproveitamento seria, por si só, o bastante para garantir ao porto de Bolama uma exportação anual de alguns milhares de toneladas de excelentes madeiras, de fácil colocação nos mercados da Metrópole e em alguns da Europa.

As ilhas que enfrentam todo o litoral, e bem assim as orlas marítimas continentais, são por sua vez

revestidas de abundantes povoamentos de palmeiras (*elaeis guineensis*) cuja exploração se faz em parte mínima, e que uma vez tratados e explorados pelo indígena, produziriam, sem dificuldade, maior quantidade de «coconote», que as míseras 10.000 toneladas anuais que a Colónia exporta actualmente e constituirão, quando muito, uma percentagem de 10% da possível produção total.

Finalmente, os ubérrimos territórios do Tombali e de Cachine, formados de extensos terrenos argilo-humíferos temporária ou permanentemente alagados («bolanhas» e «lálás») são os mais propícios para a cultura do arroz, porventura a melhor esperança da Guiné, podendo computar-se em montante anual superior a 8.000 toneladas o saldo de produção exportável. De considerar seria ainda o aproveitamento dos mangais («tarrafes»), que exuberantemente revestem o litoral e as margens dos rios e que, além de desempenharem importantíssimo papel na consolidação e valorização dos terrenos marinhos, são por outro lado plantas taníferas de excepcional valor e de aconselhável exploração, como de aconselhar seria aos pequenos agricultores e concessionários a cultura de espécies arbóreas frutíferas, facilmente aclimatáveis naquelas regiões e que, como por exemplo as «citreiras», são de rápido e garantido rendimento, tendo assegurada a colocação dos frutos até nos mercados coloniais vizinhos.

Expostas assim, resumidamente, e sem o auxílio de números que não caberiam na estreiteza deste artigo, as possibilidades económicas dos territórios focados, vejamos quais as condições climatológicas e nosológicas dessa parte da Guiné, condições com as quais se tem procurado, até agora, justificar, até certo ponto, o quasi abandono a que tem sido votada.

Participam os territórios compreendidos entre a margem esquerda do Corubal e o mar, dos dois climas predominantes da Guiné Portuguesa—o da «zona marítima» e o da «zona continental»—e duma maneira geral do clima característico de 10º paralelo, idêntica portanto ao que sofrem alguns Estados do Brasil, como Amazonas, Pará, Maranhão e Piahy, cuja valorização económica se tem tentado sem desânimos e adentro dos quais se encontram centros de fixação tão importantes como Manaus, Belem, Tutoya, Amarração, etc.

No entanto, ante temperaturas que oscilam de 25º a 32º e num regime de chuvas que vai de 1.600 a 2.200 milímetros—segundo os poucos dados meteorológicos existentes—temos que reconhecer que na verdade é bem difícil a fixação do europeu, a menos que se adotem dispendiosas precauções higiénicas, apropriadas. Não julgamos, porém, que tal fixação interesse nas regiões agrícolas da Guiné, uma vez que está provado à saciedade que a exploração agrícola desta Colónia deve obedecer, na generalidade, às normas e características das culturas indígenas, deixando-se a estas toda a execução, e ao europeu a simples orientação e auxílio, e nunca um regime de grandes propriedades rurais de exploração privada, que nos parece totalmente inadaptável e até ruínosa, por circunstâncias de vária ordem.

Surge porém outro ponto grave do problema—o do aspecto nosológico que caracteriza especialmente as regiões do Quinara e do Forreá.

Desconhecemos ainda, os resultados do interessante estudo feito recentemente pelo Prof. Dr. Fontoura de Sequeira, da Escola de Medicina Tropi-

cal, cujo competente relatório deu entrada no Ministério das Colónias. Julgamos, todavia, que esse meticoloso estudo veio confirmar, em parte, pelo menos, as conclusões a que chegaram o Dr. Zeferino Lobo e a Missão Médica composta pelos Drs. Santana Barreto e Leite de Noronha, no que diz respeito à existência da terrível «Tripanosomose» nesta Colónia e especialmente de um foco endémico na região de Buba, centro dos territórios a que nos vimos referindo. De notar é, contudo, que a existência do transmissor do terrível mal — a «glossina palpalis» — se verifica em vários pontos da Colónia, e até principalmente nas regiões norte, parecendo demonstrado que ela interessa mais às espécies animais que à raça humana, a qual pouco tem a temer, não devendo a existência de focos endémicos, muito restrictos e dissimulados, ser motivo para qualquer alarme. Assim, a percentagem de indígenas atacados pela doença do sono, na suposta perigosa área da Circunscrição de Fulacunda, não deve ir além de 0,5 %, não sendo, por isso, de aceitar a hipótese de ter originado a mesma moléstia o manifesto despovoamento de tão férteis regiões.

Esse despovoamento, principal causa do empobrecimento da Circunscrição de Fulacunda, tem de basear-se em motivos de ordem diversa, que um pouco de história pode desvendar.

É sabido que foi Buba um dos pontos escolhidos pelos primeiros colonos europeus, para a fundação das suas feitorias, tendo chegado essa povoação, hoje em plena ruína, a ser um dos principais centros comerciais da Colónia. O declínio, quasi brusco, da importância económica de Buba, se bem que possa em parte ter sido originada pela insalubridade da região, foi ocasionado, principalmente, por motivos de ordem política ligados à administração indígena e derivado, afinal, da infiltração de «fulas-forros» e das guerras que se acenderam em virtude da dissidência havida entre esta tribo e as de «futa-fulas», «fulas-pretos» e «biafadas», seus primeiros habitantes.

Desde 1880 a 1890, as lutas travadas, pondo em estado permanente de guerra todo o território que devia tomar o nome de Forreá, acabaram por dizimar as populações, pela fome, pela morte e pela fuga.

É certo, que há cerca de 25 anos toda a região entrou num período de normalidade, a que deu início a enérgica intervenção do Governo Português, mas entretanto a diminuição do movimento comercial da Circunscrição de Buba (actual Circunscrição de Fulacunda) continua a acentuar-se, talvez devido a não se terem pôsto em prática, oportunamente, medidas administrativas que levassem as nomeadas tribus fulas a fixarem-se, falta esta que permitiu a continuação do exodo para as colónias estrangeiras vizinhas.

Desta forma, enquanto outras regiões da Guiné, após a sua total pacificação, entraram numa fase de trabalho e progresso, a Circunscrição de Buba — celeiro do comércio de Bolama — declinou rapidamente, só havendo a destacar em toda a sua área, como prova de um possível desenvolvimento, o que nos últimos tempos se tem feito na região do Tombali, mercê dos esforços de alguns comerciantes e agricultores que para ali conseguiram chamar grande número de famílias da trabalhadora raça balanta, as quais a breve trecho a valorisaram consideravelmente.

Feita esta rápida análise, chega-se à conclusão que dois problemas principais há a resolver para se obter o ressurgimento económico dos territórios do Quinara, Forreá, Cubisseque, Tombali e Cacine, isto é, de toda a Circunscrição Civil de Fulacunda e consequentemente para elevar o movimento do porto de Bolama e promover o desenvolvimento comercial da capital da Colónia:

— Um; o repovoamento das regiões quasi abandonadas, provocando-se de uma forma geral o aumento da sua densidade de população, inferior à média normal das restantes partes da Guiné e obtendo-se assim o principal propulsor do ressurgimento preconizado — o capital-homem.

— Outro; referente às condições de trabalho das populações fixadas e ao vantajoso apetrechamento, higiénico, agrícola e comercial das mesmas regiões.

Vejamos quais são os tópicos, que reputamos essenciais, para a solução de tão momentosos e complexos problemas.

A abertura do trânsito pela Ponte do Corubal, cuja conclusão se impõe, viria facilitar enormemente a efectivação das necessárias medidas e sendo de prever que a mesma abertura obrigue ao estabelecimento de qualquer regimen de portagem, para reembolso do elevado custo da obra, é de incontestável conveniência que o fundo obtido seja, no todo ou em parte, consignado à Circunscrição Civil de Fulacunda, como dotação destinada, exclusivamente, à execução de obras de fomento, rede de estradas, aquedutos e pontões, e, possivelmente, à construção de um cais acostável, ou pelo menos de um plano inclinado, no logarejo de S. João, fronteiro a Bolama, onde qualquer das construções será fácil e económica, dadas as propícias condições do local.

Quanto às medidas complementares a adotar, seriam elas:

a) Adopção de uma política administrativa de atracção ao indígena, podendo ir-se até à divisão de terras e «bolanhas» pelas famílias que se fixem de novo.

b) Inquérito rigoroso às áreas abrangidas por «concessões» facilitando-se a remissão de foros e o fornecimento de mão de obra aos agricultores que demonstrem ter dedicado à valorisação das terras concedidas os seus esforços e capitais, e entregando-se à livre exploração indígena as áreas não cultivadas ou somente aproveitadas para o exercício do comércio de permuta.

c) Estabelecimentos de facilidades para a extração e comércio de madeiras, concedendo-se reservas florestais aqueles que garantam o seu aproveitamento.

d) Proibição absoluta da extração do «vinho de palma» e divisão de palmares pelas famílias indígenas, em condições idênticas às adotadas para a divisão de terras.

e) Fornecimento de «concasseurs» aos vários postos administrativos, de forma a facilitar a quebra e escólha do coconote.

f) Isenção do pagamento do imposto de palhota, durante um período determinado, às famílias indígenas que se fixassem nas várias regiões e provassem ser emigrantes nos territórios estrangeiros vizinhos.

g) Instalação de «tabancas enfermarias» nos principais núcleos de população.

h) Montagem de um posto agrário, provido de pessoal adestrado, que ministrasse aos indígenas os

ensinamentos indispensáveis para a melhor cultura dos arrozais e aproveitamento dos palmares.

i) Criação de um Pósto Zootécnico, que, dentro da medida do possível estudasse as possibilidades de adaptação das várias espécies animais.

j) Distribuição anual de sementes seleccionadas para melhoramento de todas as culturas.



A execução do programa de valorização, que resumidamente expuzemos, traz consigo, como é natural, a necessidade de se proceder com a possível rapidez às indispensáveis obras do pórtio de Bolama, de resto quasi só resumidas ao prolongamento da ponte-cais, de forma a tornar esta acostável para os navios de longo curso. Acresce que essa necessidade, já por nós demonstrada em varios artigos e relatórios, nos é ainda imposta, como é sabido, pela posição estratégica desta excelente bacia de amargem

— desde há muito escolhida para base da navegação aérea transatlântica.

Mas nem só o pórtio de Bolama seria beneficiado com a realização do programa sugerido, ou de qualquer outro que fôsse julgado mais viável e vantajoso para o alcance do mesmo objectivo.

O aumento de exportação que se verificaria, pouco inferior, talvez, ao dôbro da actual, não só colocaria a Guiné numa posição de franca prosperidade, como resolveria, pelo menos em grande parte, o gravíssimo problema das transferências e facilitaria a solução de outro não menos importante para a vida económica da Colónia—o da formação, em Bolama, único local aconselhável, de um centro de fixação europeia.

A discussão destes dois problemas, que se ligam a tantos outros e na sua solução influem, não cabe, porém, nos limites deste artigo e porque a sua análise exige uma excepcional acuidade, reservamo-nos para deles tratarmos em outra oportunidade.

BOLAMA, Maio 1934.

---

## A Convenção com a União Sul Africana

---

Como que a responder ao artigo do nosso illustre colaborador coronel Lopes Galvão o *African World* publica no seu último número o seguinte artigo:

**É** uma pena que a questão do emprêgo de nativos portugueses no Rand se tenha tornado insolúvel por virtude das várias discussões calorosas que affectam directamente as relações entre Portugal e a União. Quando a presente Convenção com Moçambique foi assinada em Setembro de 1928, acordou-se que o número de pretos portugueses empregados nas minas da União seria reduzido de 105.000 para 80.000, no decurso de 5 anos a uma média de 5.000 por ano. A convenção estabeleceu o princípio do pagamento a prestações, segundo o qual parte dos salários ganhos pelos nativos de Moçambique era pago a prestações nesta provincia. Também estabelecia a imposição de direitos nas mercadorias trazidas para a provincia pelos nativos que regressassem das minas.

Estas condições provocaram grandes críticas, mas a que teve mais vasta significação foi a cláusula que garantiu para o pórtio de Loureeço Marques uma parte importante do tráfego de mercadorias por via marítima na área competente, que é principalmente Witwatersrand. Além disso havia questões de menor importância referentes a direitos em mercadorias que, até então, eram isentas nos dois países. A percentagem do tráfego na área competente que iria para «Delagoa Bay» foi acordada em 50 a 55 %, uma proporção que naturalmente provocou e continua a criar opposição por parte de Durban, Port Elisabeth e Cape Town.

Estes portos declaram que essa percentagem é enorme e deve ser reduzida, enquanto que as autoridades portuguesas proclamam a sua insuficiência, afirmando que se existisse livre concorrência grande

parte do tráfego passaria por «Delagoa Bay» devido à baratesa dos transportes e dos encargos do Pórtio.

O emprêgo dos pretos portugueses nas minas tem cada vez menos importância pois desde 1928 vêm sendo reduzidos sendo o seu número hoje apenas de 55.308. O total de pretos empregados nas minas é de 240.000. Durante os últimos anos tem aumentado sempre o recrutamento nos territórios britânicos, e se a experiência que agora se está tentando de utilizar nas minas pretos da Bechuanaland do Norte for feliz um apreciável campo para recrutamento fica desde logo aberto. Presentemente a maioria dos negros empregados nas minas vem do Cabo. A Rodésia do Norte é considerado um esperançoso campo para recrutamento, **mas presentemente ainda há sérias dificuldades, não sendo a menor a diferença de tratamento concedida aos pretos empregados pelas companhias exploradoras de cobre na Rodésia do Norte comparado com o sistema «compound» em prática no Transvaal.** Apesar das discussões sobre a convenção parecer ter atingido um ponto morto, é urgente achar uma ponte de passagem que permita um entendimento, porque é indispensável para a prosperidade da União que uma porta para o recrutamento em Moçambique fique aberta em vista da necessidade que as indústrias mineiras têm de desenvolver a sua exploração, aumentando o número dos seus trabalhadores e ainda a possibilidade de que a mão de obra do Cabo e dos outros territórios britânicos venha a ser restringida, do que resultaria um aumento de preço nos produtos de primeira necessidade.

# OS NOVOS GOVERNADORES DE PROVÍNCIA

## Notável discurso do sr. Ministro das Colónias

COM grande assistência, realizou-se, no dia 9 do corrente, no gabinete do sr. ministro das Colónias, a cerimónia das posses dos srs. dr. Manuel Figueira, novo director dos Serviços de Administração Civil; tenente-coronel Garcez de Lencastre, capitão-tenente Lopes Alves e capitão Carlos Afonso dos Santos, governadores das províncias de Luanda, Malange e Huíla. Os autos foram lidos pelo sr. dr. Manuel Fratel, secretário geral do Ministério, e assinados pelo Ministro, pelos empossados e por várias pessoas.

A este acto assistiram também grande número de funcionários do Ministério e as direcções da Associação dos Comerciantes de Angola e do Grémio do Minho e outras agremiações.

A seguir, o sr. dr. Armindo Monteiro, usando da palavra, proferiu um notável discurso.

— São v. ex.<sup>as</sup>, dentro da nova orgânica do Império Colonial Português — disse — os primeiros governadores de província que em Lisboa prestam o eu compromisso de honra.

E prosseguiu:

— Não quero deixar de salientar o grave pêso, a enorme responsabilidade que impende sobre os seus ombros.

«Conhecem v. ex.<sup>as</sup> toda a importância que têm as novas divisões administrativas e as normas que dão às vossas funções uma larga acção, competência e representação que dista singularmente do velho governador de distrito.

«A Reforma Administrativa define as atribuições que competem aos governadores, sabendo-se hoje quasi com rigor matemático as funções que são chamados a desempenhar.

«Mas a lei não se limita a isso, pois quiz que os governadores de província tivessem personalidade e representação dentro dos seus governos.

«A largou enormemente as suas atribuições, definiu com exactidão a sua competência e deu-lhes meios de acção, concedendo-lhes um orçamento próprio.

«A Reforma Administrativa Ultramarina inspirou-se, assim, num largo espirito de descentralização dos governos de província em relação aos governos de colónia e destes em relação ao Ministério.

«Quem tenha lido os relatórios dos governos de distrito publicados nas últimas dezenas de anos poderá verificar que as suas queixas são sempre as mesmas: a pouca liberdade de movimento, que transformava a sua acção quasi na de burocratas.

«A Reforma Administrativa deseja, sobretudo, que os governadores de província sejam homens de acção e não homens de papel. E aquela poderá ser

largoíssima no campo económico, político ou financeiro.

«Junto das populações indígenas eles devem ser guias e protectores de tal maneira que a soberania portuguesa seja em todas as circunstâncias olhadas por elas com amor, dedicação e respeito.

«Sempre que se trata de definir atribuições levanta-se no ultramar português a censura que o Governo Central chama a si nova competência, mas quem examinar com atenção a actual legislação e a anterior achará talvez apenas melhor definidas naquella as atribuições do Governo Central; concluirá que o Ministério exerce uma mais activa fiscalização e uma acção de coordenação que quasi não exercia — mas isso é o facto e não a lei.

E, estabelecendo doutrina:

— Tudo o que é local deve ser resolvido nas colónias; o que é geral ou diz respeito a um grupo de colónias, só deve ser resolvido pelo Poder Central. Esta é a regra. Mas muitas vezes as colónias recusam o exercicio das atribuições que lhes pertencem. Citar um exemplo:

«Pelos reclamações que se recebem de Angola vê-se que muita gente julga que ao Governo Central compete resolver o problema do combate aos gafanhotos, quando é certo que pelas normas em vigor é o governo local que deve dar ao caso as soluções precisas, como tem feito.

«Ao lado deste exemplo ainda podia citar outro. Tudo quanto é local pertence em regra à colónia. Para execução deste principio, coordenando com as actividades os interesses, deu-se aos governadores de província uma larga intervenção na administração geral das colónias, criando-se o Conselho dos Governadores.

«Nesse conselho, que se reúne anualmente na capital da colónia, os governadores expõem os seus critérios sobre a legislação vigente, os ensinamentos que adquiriram em relação aos serviços centrais, os seus pontos de vista gerais sobre administração, traçando o programa do ano inteiro e discutindo os orçamentos da província e da colónia, fundindo em comum os dados da sua experiência.

«É dentro deste quadro que v. ex.<sup>as</sup> vão desempenhar as suas novas funções. O acréscimo destas tem, porém, neste momento o seu avesso trágico: as condições de crise em que vão exercer os seus cargos.

Sobre a crise em África:

— A África inteira parece afundar-se neste momento na grave crise que tomou o Mundo. O seu comércio declina de ano para ano. Basta apenas citar alguns números: Em 1928 o comércio total da

África era representado por 1:434 milhões de dólares; em 1931 por 935; em 1932 por 858, e em 1933 por 834; houve assim um decréscimo de 46 %.

«Praticamente, os países africanos vendem hoje ao Mundo metade do que lhe vendiam há 6 anos.

«Consoladoramente, podemos dizer porém que as colónias portuguesas estão ainda em relação a tais cifras em condições de singular privilégio na derrocada. E à frente de tôdas, Angola, porque, mercê da política de protecção seguida e da estreita vigilância da sua balança comercial e dos seus movimentos cambiais, temos conseguido dois resultados:

«1.º Os valores da exportação aumentaram em plena crise, facto tão raro no Mundo que parece que todos os portugueses de Angola o deviam celebrar como um índice quasi certo de que se tinha facilmente achado na ordem o caminho da prosperidade; em 1933 o valor da exportação da Colónia atingiu 246:833 contos, cifra só excedida pelos anos de 1924, 1928 e 1929, que foram anos de altas cotações de produtos coloniais.

«2.º A balança comercial fecha há 3 anos com saldos positivos e apresentou em 1933 talvez o maior saldo positivo que em sua história se conhece: 70:893 contos.

Isto devia ser tomado por índice quasi certo de que a questão das transferências ia em bom caminho, porque claramente mostra que a colónia, tem cobertura para pagar tôdas as necessidades do seu comércio, deixando livres 70:893 contos para cobrir outros encargos.

Estes resultados são tangíveis, claros, inofismáveis. Porém, em Angola há jornais que, apenas pelo facto de pertencerem à opposição, entendem que devem deturpar a verdade, esconder os factos.

«A propósito desejo ler uma passagem de um artigo publicado num jornal de Luanda:

«Angola foi votada à margem daquela assistência moral e material a que tem irrecusáveis direitos.

Os colonos não podem suportar mais sacrifícios. A capacidade da sua resignação está esgotada.

O comércio e a agricultura debatem-se no estertor de uma agonia, que não tem precedentes.

Esperou-se muito tempo pela arrumação da casa. Estava tudo esfarrapado e fora dos seus lugares.

Este é o quadro sintético mas realissimo da vida sem vida nenhuma que a nossa observação directa esboçou de extremo a extremo da colónia.

Todavia, a casa arrumou-se».

— O jornal que publica estas palavras pertence à opposição, mas não diz a verdade quando afirma que a casa está em ordem, que a casa está arrumada.

«Com verdade e honestidade podemos dizer apenas que começámos a pôr a casa em ordem, a arrumá-la: mas são ainda necessários muitos anos para a pôr em ordem.

«Isto mostra que a colónia tem péssimos génios, péssimos orientadores em todos aqueles que lá pretendem dirigir a opinião e que esse é o pior mal da colónia — porque a predispoem para a indisciplina, para a descrença, para a reacção contra tudo o que seja o esforço lento, metódico, calmo e ponderado, que é o único esforço verdadeiramente criador.

«Temos de lutar contra tais mentalidades.

Dirigindo-se aos governadores:

— É inútil os srs. governadores pensarem que vão encontrar facilidades no seu governo; num País que apenas começa a sair da profunda desordem em que estava empilhado, é preciso muita tenacidade para lutarem com aqueles a quem a desorganização convém. Quem serenamente ponderar os factos terá de concluir:

«1.º Que a colónia, com a ajuda da metrópole, que lhe perdoou os juros da sua dívida, tem equilibrado os seus orçamentos;

2.º Tem saldos positivos nas suas contas em dois anos seguidos;

3.º Tem contas e orçamentos em dia;

4.º Quasi liquidou as suas dívidas correntes;

5.º Acabou com os formidáveis «déficits» dos seus serviços industriais;

6.º Tem mantido quasi sem desvalorização o valor da sua moeda.

«Quero dizer aqui que considero o maior e de mais larga importância para o futuro da colónia o esforço de ordem e de lenta organização que se tem realizado nestes últimos quatro ou cinco anos do que todo o dinheiro que em anos anteriores para lá lhe mandaram. Este esforço vai criando raízes e se o continuarem assentará em bases sólidas o futuro da colónia. O outro gastou-se não se sabe em quê, e dêle ficou apenas a dívida e os encargos: esse dinheiro gasto é hoje o maior embaraço que a colónia tem para o seu desenvolvimento.

«Mas dinheiro gasto não se sabe bem em quê — acentua.

«Entre 1921-22 e 1924-25, Angola recebeu de empréstimos o seguinte, segundo a contabilidade da colónia:

Em escudos metropolitanos, 479.143 contos; em libras, 522.255; em angolares, 6.960 contos; isto é, perto de 550 mil contos.

«Em 1930 procurou saber-se em que foi aplicada esta quantia, mas a contabilidade da colónia não o sabia dizer e apenas se conseguiu averiguar que de 1919 a 1924 se tinham gasto em obras publicas 7.597 contos e em caminhos de ferro 2.442 contos, isto é, 10.039 contos.

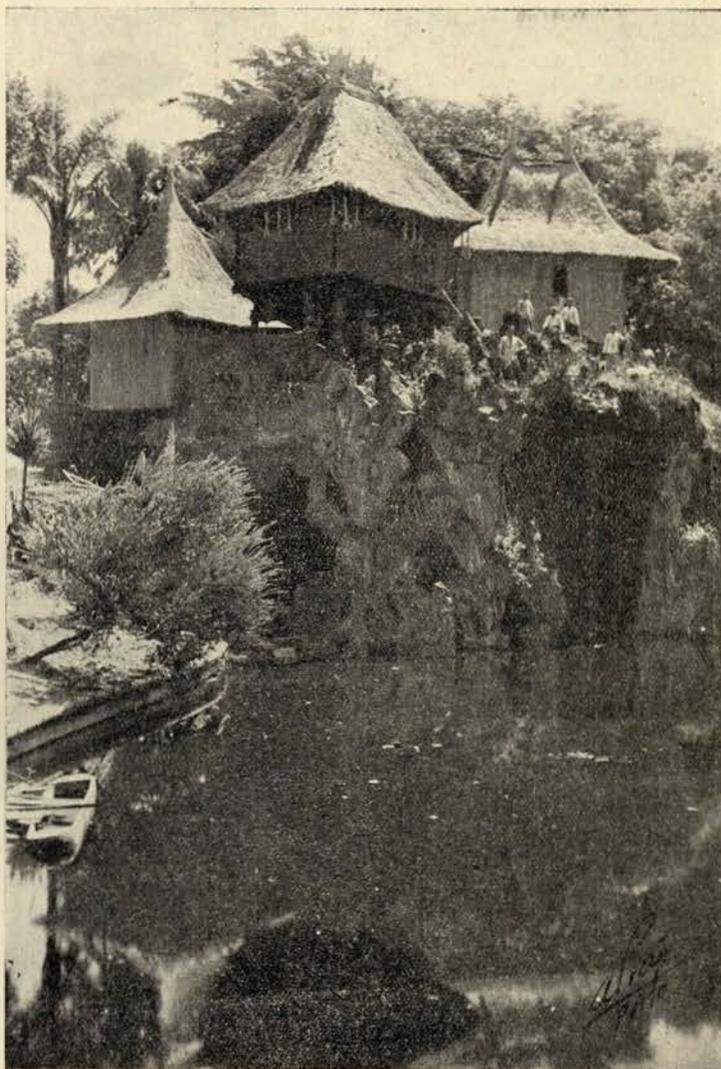
Fala depois das estradas e diz até que em matéria de estradas pertence aos últimos anos a página mais brilhante. E cita os seguintes números: de 1919 a 1933, o ano em que se construiu maior número de estradas foi o de 1930-31, que atingiu o número de 2.873 quilómetros; em 1924-25, 1.939 quilómetros; em 1926-27, 1809; em 1925-26, 1.697; em 1919-20, apenas se tinham construído 214 quilómetros.

«Digo isto, senhores governadores, para que v. ex.<sup>as</sup> façam no seu espirito uma nítida distinção entre um passado que deu muito dinheiro a ganhar aos particulares, mas arruinou o Estado, e um presente que exige sacrifícios e disciplina, põe em ordem a vida do Estado para assegurar a prosperidade de todos no futuro.

«No primeiro caso, como disse muito bem o sr. coronel Vicente Ferreira, a quem a colónia deve um notável esforço no sentido da ordem financeira, «fizeram-se grandes fortunas aparentes e provocaram-se grandes ruínas efectivas».

«No segundo caso, podem ficar grandes fortunas reais.

«Mas para que a obra luza é preciso dar tempo



### NA EXPOSIÇÃO COLONIAL PORTUGUESA

Paisagem de surpreendente beleza: Um aspecto das habitações timorenses

---

ao tempo e tanto mais tempo quanto mais violento fôr o trabalho de sapa que os inimigos do bem público realizarem para impedir a sua marcha vitoriosa.

E concluiu:

«Sobre todos os trabalhos que vos competem é esta a dura missão que vos confio: reacender a fé naquelas almas, dar-lhes a certeza de que é este o caminho».

Ao terminar o seu brilhante discurso o sr. dr. Armindo Monteiro ouviu uma prolongada salva de palmas e foi muito cumprimentado.

Por último falou o sr. tenente-coronel Garcez de Lencastre, em seu nome e no dos empossados:

— Os meus colegas comigo agora nomeados, encarregam-me de proferir duas palavras a v. ex.<sup>a</sup>

sr. ministro. As melhores palavras de garantia do desempenho do nosso lugar são o compromisso de honra agora tomado. No contacto que por vezes tive com v. ex.<sup>a</sup>, durante dois para três anos, em que exerci o cargo de agente geral das Colónias, mostrei sempre procurar desempenhar o melhor possível o meu lugar, cumprindo as instruções do chefe que v. ex.<sup>a</sup> é.

Pode v. ex.<sup>a</sup> ter a certeza de que os funcionários agora nomeados saberão cumprir o seu dever e aos que o não cumprem tem v. ex.<sup>a</sup> o direito de lho exigir.

Nós, creia, sr. ministro, enfileiramos nos primeiros.

O discurso de v. ex.<sup>a</sup> foi o traçado duma superior orientação política do Império Colonial Português. Ele servirá de guia.

# I CONGRESSO DE AGRICULTURA COLONIAL

**I**NAUGUROU-SE, no dia 27 de Agosto, no Pôrto, o primeiro Congresso de Agricultura Colonial, da iniciativa da Direcção da Exposição Colonial Portuguesa e cuja organização foi confiada à Liga Agrária do Norte em colaboração com a Associação Central da Agricultura Portuguesa.

O congresso tem as seguintes comissões:

## Comissão de honra

Presidentes: S. Ex.<sup>a</sup> os srs. Ministro das Colónias e Ministro da Agricultura.

Vice-presidentes: S. Ex.<sup>a</sup> o sr. Sub-secretário de Estado das Colónias, Sociedade de Geografia.

Vogais: Associação Comercial de Lisboa, Associação de Comerciantes de Angola, Associação Industrial Portuguesa, Centro Colonial, Chefe da Repartição de Estudos Económicos do Ministério das Colónias, Companhia Colonial de Navegação, Companhia Nacional de Navegação, Director do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Director da Escola Superior Colonial, Director da Escola Superior de Medicina Veterinária, Director Geral da Acção Social Agrária, Director Geral das Colónias ao Oriente, Director Geral dos Negócios Comerciais, Director Geral dos Serviços Agrícolas, Director Geral dos Serviços Florestais, Director Geral dos Serviços Pecuários, Director do Instituto Superior de Agronomia, Director do Jardim Colonial, Director do Museu Agrícola Colonial, Inspector Técnico do Comércio e Indústrias Agrícolas, Inspectores Superiores do Ministério da Agricultura, Presidente do Conselho Superior Agrícola Colonial, Reitor da Universidade de Coimbra, Reitor da Universidade de Lisboa, Reitor da Universidade do Pôrto, Reitor da Universidade Técnica, Sindicato dos Regentes Agrícolas, Sociedade de Ciências Agronómicas, Sociedade Portuguesa de Medicina Veterinária, Superior Geral da Sociedade Portuguesa das Missões Católica Ultramarinas.

## Comissão organizadora

Associação Central de Agricultura Portuguesa, Associação Comercial do Pôrto, Associação dos Comerciantes do Pôrto, Associação Industrial Portuense, Casa do Douro, Centro Comercial do Pôrto, Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos do Dão, Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes, Director da Escola Superior de Medicina Veterinária, Director do Instituto de Agronomia, Director do Museu Agrícola Colonial, Director-Técnico da Exposição Colonial, Federação dos Sindicatos Agrícolas do Norte, Federação dos Viticultores do Centro e Sul de Portugal, «Gazeta das Aldeias», Grémio dos Exportadores do Vinho do Pôrto, Instituto do Vinho do Pôrto, «Notícias Agrícola», «O Lavrador», Secretário Geral dos Congressos Coloniais, Liga Agrária do Norte.

Secretário Geral do Congresso de Agricultura Colonial: Engenheiro-Agrónomo João Braga.

## Comissão Executiva

Presidentes: Engenheiro-agrónomo João Braga. Vogais: Conde de Bobone, delegado da Associação Central da Agricultura Portuguesa, Manuel Caetano de Oliveira, representante do Comércio e da Indústria, dr. António Ferreira Cabral Campelo, representante da Liga Agrária do Norte, Engenheiro Luís Gama, director da «Gazeta das Aldeias».

O congresso terá sessões ordinárias e compreenderá cerimónias oficiais e festivais em honra dos congressistas e está dividido nas seguintes secções: *Culturas* — (Possibilidades Agrícolas das Colónias).

*Culturas* mais importantes: Algodão, Arroz, Borracha, Cacau, Café, Cana de açúcar, Chá, Feijão, Frutas, Mandioca, Milho, Oleaginosas, Plantas medicinais, Plantas têxtis, Tabaco e Trigo.

Estado actual da cultura e aproveitamento dos produtos; Orientação a seguir para o aumento, melhoramento e defesa da produção agrícola.

*Matas* — (Possibilidades Florestais das Colónias), Seu estado de aproveitamento; Conservação e reconstituição do capital florestal; protecção da flora espontânea.

*Gados* — (Possibilidades Pecuárias das Colónias). Estado actual da criação dos gados e aproveitamento dos produtos; Orientação a seguir para o aumento, melhoramento e defesa da produção pecuária.

*Assistência Técnica*: — Organização actual dos serviços técnicos oficiais (agrícolas, florestais e veterinários).

Recursos de que dispõem e acção que têm exercido; Melhoramentos dos serviços técnicos oficiais suas modalidades e recursos necessários.

*Economia Agrícola Colonial*: Mão de obra, Crédito agrícola e organização associativa, Acondicionamento e transporte dos produtos e Mercados.

*Problemas de coordenação económica*: Da produção de Oleaginosas, Milho, Trigo e Arroz; Da criação de gados.

À medida que nos forem enviadas iremos publicando, dentro das nossas possibilidades de espaço as teses apresentadas a este congresso.

## O esforço colonizador português exaltado pelo sr. Ministro da Agricultura

O sr. Ministro da Agricultura pronunciou no acto da inauguração do Congresso as seguintes palavras:

— Inesperadamente, cabe-me o honroso dever de presidir à sessão inaugural do I Congresso de Agri-

cultura Colonial. Motivos de força Maior impediram que a elle presidisse o illustre ministro das Colónias, que declinou em mim o encargo de o substituir. Ofereceu-me sempre justificado interesse e bem vincada simpatia o esforço inteligente e a vontade firme de quantos se consagram ao estudo dos problemas que interessam à agricultura — base indiscutível da riqueza nacional.

É, pois, com inteiro regozijo que presido e me associo a este Congresso, na certeza de que elle será não só uma manifestação de prodigiosa vitalidade, mas igualmente a confirmação de uma decidida colaboração dos nossos melhores valores intellectuaes integrados no estudo dos problemas agrícolas coloniais com o Governo da Nação.

«Se a bravura dos nossos soldados nas regiões de Além-Mar mereceram sempre o reconhecimento da Pátria e a admiração do Mundo inteiro, não esqueçamos que os heróis que, em condições de adversidade, se entregaram ao labor da terra, confiados quasi exclusivamente nos próprios recursos, sem auxilio do Estado, vítimas de uma politica de desmoralização que da metrópole se reflectia exuberantemente nos nossos domínios ultramarinos. A obra de reconstrução económica e financeira executada na metrópole e nas colónias em pouco mais de 8 anos é o testemunho flagrante de quanto podem a fé, a intelligência e a vontade de um chefe incomparável na realização duma politica de verdade.

«Inspirados no seu exemplo, afervorados na sua fé, empenhados no estudo e resolução dos problemas agrícolas coloniais, podereis prestar um valioso curso.

«Cumpre-me em nome do Governo, saudar-vos e registar, com aprazimento, que é digna de louvor a intenção de todos vós, congressistas, de proveitosa e nobremente trabalhades pelo engrandecimento e prosperidade da agricultura colonial, pelo engrandecimento e prosperidade do Império e da Nação.

E concluiu:

— Quando comparamos o presente com o passado, afigura-se-nos que os portugueses retomaram o rumo dos descobrimentos e, assim, bem pode dizer-se que descobrimos outra vez Portugal e o Império Colonial — não esse Portugal herdado em 1926, desacreditado aos olhos de nacionais e estrangeiros e de finanças arruinadas, mas o Portugal de hoje — o nosso Portugal — grande, digno e respeitado, porque assim o querem o Chefe do Estado, o Governo e todos os portugueses que amam enternecidamente a sua Pátria.



Reproduzimos a seguir o discurso de abertura do sr. dr. Francisco Machado, sub-secretário de Estado das Colónias:

«A expressão *Império Colonial Português*, longe de ser uma simples forma desprovida de valor dinâmico, contém em si mesma, em potencial, todo um programa de realizações.

Aplicada ao todo complexo constituído pelo país metropolitano e colonial, a idéa imperial solicita ao seu serviço, directa ou indirectamente, todas as actividades nacionais, e não despreza, antes querere a colaboração de todos os portugueses qualquer que seja a sua raça, a sua condição de vida e

qualquer que seja o local onde exerce a sua actividade.

Como todas as idéas do Estado Novo, esta, que é a primacial, destina-se a unir ao serviço da Nação todos os portugueses de boa vontade e o seu generoso sentido, nitidamente definido, impõe a leal sugestão de todos ao seu serviço.

A grandeza de um país exige, antes de mais, que os seus grandes desígnios nacionais sejam claramente e unanimemente sentidos por todo o seu povo.

É uma idéa só se deve converter num grande ideal nacional quando seja de paz e de concórdia.

Felizes os povos cujas grandes ambições nacionais encerram em si um princípio de moral cristã, constituem para a Humanidade uma contribuição de progresso não só material mas ainda, e principalmente, moral.

Neste tempo incerto que corre, neste tempo turbado em que já se desencadeiam cruéis guerras económicas, Deus permita que não percursoras de outras, Portugal pode declarar ao Mundo, com orgulho e consciência tranqüilla, a expressão dos seus grandes objectivos nacionais.

E entre elles avulta singularmente o que é o espírito animador do Colonialismo Imperial Português.

Grande é a sua força porque, unanimemente sentido pela Grew, elle constituiu não um motivo de confusão e de desordem a juntar a tantos outros que atormentam o convívio das nações, mas antes uma contribuição do país para a paz mundial.

De facto, ao passo que a palavra Império, envenenada de idéas tóxicas, tantas vezes tem acobertado projectos ilegítimos de expansão e de conquista, Portugal ao inscrever-se como um dos seus grandes ideais nacionais o Império Colonial não cobiça nem deseja territórios a qualquer outra nação pertencentes e quer valorizar aqueles que de direito lhe pertencem — direito histórico cuja força e legitimidade só os que o não têm pretendem negar direito proveniente dos esforços sem par que a nação no além mar desenvolve em proveito da civilização cristã e da cultura europeia.

Assim a nossa concepção de Império serve a paz mundial e, longe de a perturbar ou ameaçar, elle é um activo factor do seu robustecimento.

E se na ordem internacional a idéa de Império português têm este nobilissimo alcance, na ordem interna ella não implica alteração da politica tradicional que assegura a nossa soberania em todos os territórios da Nação, não pela força das armas mas pelo prestígio e pelo amor que o nome de Portugal soube ganhar no coração de todos os seus nacionais.

O génio colonizador da nação realiza, com efeito, a maravilha de manter a tranqüillidade nos seus seus, ainda hoje extensísimos territórios, não pelo domínio da força mas pelo poder de persuasão e do sentimento. E não se trata de uma tranqüillidade passiva e estagnada, mas, ao contrario, operante e progressiva.

A idéa do Império Colonial é, pois, na ordem internacional — uma contribuição portuguesa para a paz mundial; na ordem interna um factor de progresso e de desenvolvimento; e sempre um grande ideal nacional.

A grandeza do Império é um dos grandes fins históricos da Nação.

Sendo assim, importa que o Ministério das Co-

lónias seja o promotor da grandeza, do comando e da autoridade portuguesa, tenha consciência da magnitude do seu papel, traçando as grandes linhas de uma verdadeira política imperial.

E não me ficará mal a mim, modestíssimo e accidental colaborador, dizer que ninguém, como o actual Ministro das Colónias, sr. dr. Armindo Monteiro, compreendeu a magestade da sua missão, assim lealísimamente realizando, no seu departamento, as elevadas directrizes nacionais do grande chefe, que a todos nos guia e Portugal conduz a altos destinos, sr. dr. Oliveira Salazar.

Mas entendamo-nos.

É preciso que a consciência das alturas do nosso dever colonial nos não torne megalomanos, que se não aposse de nós delirante febre de grandeza, que nos faça perder o sentido das realidades, tornando nossos esforços desatinados.

Um país com a nossa experiência colonial já não pode caminhar para insucessos.

Em matéria colonial cumpre-nos dar lições, servir de exemplo a imitar e, portanto, se grande é a nossa missão, — grande também a nossa responsabilidade.

Nada se faz sem ordem, sem método, sem plano — e sem tempo.



Querer caminhar demasiado depressa não é avançar — é retrogradar.

Compreendo e respeito as nobres impaciências de quem luta em África: compreendo e respeito as inquietações movidas do mais puro patriotismo dos que ambicionam rápidas realizações: elas são, até em certa medida, necessárias como estímulo e incentivo dos governantes.

Mas quem tem as responsabilidades do mando, quem tem o duro onus de guiar e conduzir, tem também de recalcar em sua alma desejos imprudentes, tem de calar com férrea vontade ambições perigosas, indiferente aos vãos juízos dos contemporâneos, indiferente às injustas críticas, se muitas vezes sinceras e como tais respeitáveis, tanta vez também interessadas, para a todos impor um caminho seguro e um progresso isento de perigos.

Temos que fugir de miragens aventureiras — por mais brilhantes que sejam.

A Exposição Colonial mostra, e muito bem, o muito que com êxito realizámos; se quisesse podia também patentear as tentativas fracassadas, os insucessos sofridos por precipitadas e temerárias iniciativas, que devido estudo ponderado teria evitado.

Há ainda um grande trabalho obscuro, aparentemente inglório, a realizar; há que continuar a pôr modestamente a casa em ordem. Porque — seguindo a política de verdade que o sr. dr. Oliveira Salazar a todos traçou — há que confessar (tão antiga e grande era a desordem, tão profundas as raízes de viciosos hábitos, tão generalizada e defeituosa mentalidade) que apesar dos ingentes esforços realizados pelo actual Ministro das Colónias — e êsses esforços constituem, quanto a mim, o seu mais lúcido título de glória — a casa ainda não está inteiramente em ordem no que se refere às coisas coloniais.

Muito se tem feito e conseguido: é o certo. E o sr. dr. Armindo Monteiro pode considerar que ganhou neste campo grandes batalhas: mas muito há ainda

a fazer e numerosos e difíceis serão por certo os combates ainda a travar — para na íntegra executar as directrizes nesta matéria traçada pelo Ministro autor do Acto Colonial.

Não está ainda em ordem a casa no próprio Ministério das Colónias. Efectivamente, êste Ministério carece urgentemente de profunda remodelação, radical reforma. Tal como funciona, só muito difficilmente cumpre o seu papel.

Não está ainda a casa completamente em ordem em Angola, como o não está em Moçambique, como o não está em outras colónias.

O grande público — e até os próprios colonos — não se apercebem inteiramente das deficiências de Moçambique porque esta colónia não tem tido graves dificuldades de tesouraria e, consequentemente não patenteia os seus males. Mas nem por serem menos visíveis êles são menos reais e menos graves.

E, assim, mais é de apreciar o trabalho realizado pelo Ministro, os resultados já conseguidos pelo sr. dr. Armindo Monteiro, que nem sempre tem tido às suas ordens, nem aqui nem nas colónias, serviços devidamente montados e ordenados, capazes de efficientemente o secundarem, animados pelo mesmo espírito da sua orientação administrativa.

Pode dizê-lo quem é um transitório e voluntariamente apagado — embora leal e dedicado — colaborador do Ministro, e, sabe o esforço inglório que, dia a dia, quasi hora a hora, é necessário dispendir.

Eu sei, meus senhores, que esta orientação de ordenar o que está desordenado, de caminhar com segurança e prudência, não agrada a todos.

Era bem mais simples, bem mais brilhante e angariador de popularidade fácil o critério de deixar continuar males que de longe vêm, começar empreendimentos cujo sucesso não estivesse assegurado, pagando despesas sem curar de saber como se haviam de saldar, começar trabalhos difíceis, arriscados e até perigosos.

Era, efectivamente mais simples, mais brilhante e angariador de fácil popularidade — simplesmente não era sério. E os homens do Estado Novo querem ser mais alguma coisa do que construtores de ruínas.

Mas entendamo-nos até ao fim.

Se não há que encetar projectos de aventura, se nos recusamos a executar projectos sem base e sem estudo — também não queremos ficar alheios às instantes necessidades da economia das nossas colónias.

Temos que fugir igualmente tanto da escravidão das teorias como da licença dos empirismos.

Portanto, não se deve principiar qualquer obra que não tenha sido previamente encarada em tôdas as suas minúcias, e não simplesmente, nas suas minúcias técnicas como também nas suas virtualidades económicas. Toda a ponderação é necessária neste capítulo. Porque, se há que realizar com fé, há primeiro que estudar com pessimismo.

Mas impõe-se que esta prudência não seja inimiga do sentido das realidades que domina a política do Estado Novo, e particularmente neste campo de economia colonial — parar é morrer.

A nossa secular experiência colonial já nos tinha ensinado há muito que a verdadeira base da colonização reside na agricultura.

Nos fins do século XIX e na primeira fase do actual a ânsia das rápidas fortunas despresou como miséria a modestia dos lucros agrícolas e na vertigi-

nosa corrida para o ouro febrilmente procurou riqueza fácil nas opulências do sub-solo.

Mas eis, meus senhores, que nos tempos que passam o desenrolar da crise mundial corroborou a lição antiga da experiência portuguesa.

É o caso significativo dos nossos agricultores de Angola resistindo, através das mais duras provações, à fúria da grande crise, em consolador contraste com algumas colónias estrangeiras.

E assim, neste doloroso despertar de áureos sonhos veio a reconhecer-se mais uma vez que a suposta miséria da agricultura era o fundamento sério da riqueza colonial.

Portanto o nosso plano de fomento colonial considera com particular carinho os problemas da agricultura.

Esta afirmação em si mesma contém o interesse com que o Governo inaugura e seguirá os trabalhos do presente Congresso, que auspiciosamente revela o sentido das realidades a que me referi, versando logo nesta sessão inaugural um dos problemas mais importantes da economia colonial — o problema de hidráulica agrícola em Moçambique.

Efectivamente a economia do sul do Save está dependente do problema de hidráulica agrícola.

Querendo ter no sul de Moçambique uma agricultura com base segura, querendo desenvolver o sul da colónia — temos de encarar decididamente a realização de obras de hidráulica agrícola — temos de dar aos agricultores água de rega.

A irrigação do Vale do Limpopo, assunto estudado com uma minúcia a que em raríssimos problemas coloniais, do meu conhecimento, se chegou, está sendo encarado pelo Governo, que o pondera com o cuidado que merece obra de tanto vulto e de tanta importância para a economia da colónia.

Mas a irrigação do Vale do Limpopo por forma alguma deve excluir outras obras — e as que se podem fazer no Umbeluzi, embora de muito mais modestas proporções, têm também de ser olhadas e devidamente estudadas. Simplesmente não se pode realizar tudo simultaneamente e há que escolher a melhor ordem.

Independentemente destas obras muito há que fazer ainda em Moçambique em matéria de fomento agrícola. Mas caminhemos devagar — se queremos caminhar com segurança.

A agricultura nas colónias portuguesas não faz concorrência à agricultura metropolitana, antes é um complemento desta, assim realizado no que lhe respeita a ideia de unidade imperial.

De facto, pode-se dizer que não temos problemas parecidos com os que surgem em França com os vinhos da Argélia, com os cereais de Marrocos e com outros produtos dos domínios do norte de África.

Ao contrário, as nossas colónias absorvendo grande parte do excedente de certos produtos agrícolas metropolitanos, como o vinho, tentam apenas preencher com os produtos do seu solo o «déficit» que a agricultura metropolitana não consegue ainda cobrir ou fornecessem artigos, como o açúcar de cana e as oleaginosas, que em Portugal se não poderiam criar.

E assim se explica este facto consolador e altamente simpático de ver os grandes organismos agrícolas da metrópole interessarem-se e estudarem, num admirável espírito de cooperação, os grandes pro-

blemas agrícolas africanos, ocupando-se dos justos interesses e das necessidades dos agricultores de além-mar.

A agricultura em África tem, de facto, peculiares condições de existência e desenvolvimento, exigências bem diferentes das da agricultura metropolitana e o Congresso querendo realizar trabalho eficaz não perderá certamente de vista as particularidades que revestem nas colónias os problemas que vai encarar.

É que tratando-se de um congresso de agricultura colonial, patrocinado pela Exposição Colonial Portuguesa a êle certamente presidirá sempre o mais puro espírito colonial.

Estão V. Ex.<sup>as</sup> justamente ansiosos por ouvirem a palavra duplamente autorizada pelo saber e pela experiência do engenheiro Trigo de Moraes.

E assim eu termino fazendo os melhores votos pelo pleno êxito dos trabalhos do Congresso, donde confiadamente espero saiam sugestões que o Governo aproveitará, estudos que o Governo utilizará.

Assim V. Ex.<sup>as</sup> terão contribuído com o vosso exemplo e com o vosso trabalho para a causa colonial — que é a causa da Nação».

---

## BANQUETE DE HOMENAGEM

Algumas individualidades do nosso meio colonial ofereceram umbanquete ao novo Governador da província de Luanda sr. Coronel Júlio Garcez de Lencastre que foi durante os últimos três anos ilustre Agente Geral das Colónias.

Presidiu ao banquete o sr. Conde de Penha Garcia director da Escola Superior Colonial e presidente da Sociedade de Geografia tendo à sua direita o sr. Coronel Garcez de Lencastre e à sua esquerda o sr. Dr. Lencastre de Veiga, presidente do Conselho Superior de Disciplina das Colónias.

Fizeram-se vários discursos apreciando as excepcionais qualidades e o carácter excelente do novo Governador de Luanda e a admirável obra realizada pelo sr. Coronel Garcez de Lencastre na Agência Geral das Colónias.

Tanto o director da Escola Superior Colonial como o presidente da Associação académica da mesma Escola, aproveitaram a oportunidade para salientar a importância da Escola como organismo preparador de indivíduos que se destinam à carreira colonial insistindo sobre o facto de que mesmo aqueles que já fizeram uma carreira colonial ainda ali virem aprender muita coisa. O sr. Coronel Garcez de Lencastre afirmou que assim sucedeu com êle, e que não se envergonhava de o declarar.

Agradecendo a todos os presentes tão significativa homenagem o novo Governador de Luanda aproveitou o ensejo para agradecer ao sr. Ministro das Colónias a sua nomeação para o referido cargo pondo em relevo de que tanto esta como a sua nomeação para Agente Geral das Colónias se deve explicar principalmente por êle ter o diploma da Escola Superior Colonial.

Por fim propoz um brinde ao sr. Ministro das Colónias que foi calorosamente apoiado por todos os presentes.

O sr. Conde de Penha Garcia acrescentou algumas palavras apreciando a obra dos srs. Dr. Armindo Monteiro e Dr. Oliveira Salazar.

Entre os presentes encontravam-se os srs.: Major Fontoura, professor da Escola Superior Colonial, João Francisco Rodrigues, secretário da E. S. C., Capitão Alvaro Afonso dos Santos, director da *Portugal Colonial*, Capitão Caria, Dr. João de Castro Osório, aluno da Escola, Edmundo Aparício Dias, sub-agente geral das Colónias, Júlio Cayola, secretário do sr. Ministro das Colónias e director do "Buletin da Agência Geral das Colónias", Dr. Augusto Cunha, director do "Mundo Português", Coronel Lopes Galvão, secretário geral da Sociedade de Geografia, etc., etc.

---

## A. DELDUQUE DA COSTA

Por lapso de revisão o nome do nosso colaborador capitão A. Delduque da Costa autor do artigo *A Índia Portuguesa e a sua situação económica* saiu errado. Apressamo-nos em rectificar pedindo desculpa aos nossos leitores e ao nosso ilustre colaborador.

# A situação económica de Angola

O Cônsul Geral da Inglaterra em Loanda acaba de publicar no *Board of Trade Journal* de Londres o seu relatório sobre a situação económica de Angola. Documento notável pela nitidez com que está escrito, é o depoimento imparcial de alguém a quem não interessa a *política mas somente a verdade*. Extraímos as passagens mais significativas:

**A**INDA que composta de territórios férteis e favoráveis à colonização europeia, Angola a mais importante das colónias portuguesas está ainda na primeira fase do seu desenvolvimento. Tem uma dívida de 8 milhões de libras esterlinas o que constitui um pesado encargo. A conclusão do Caminho de Ferro de Benguela ligado em 1931 a Elisabethville e à Rodésia devia aumentar a prosperidade de Angola central mas a temerosa crise económica porque passa Katanga e que se traduz por uma depressão considerável na exportação do cobre veio destruir provisoriamente todas as esperanças.

O comércio de importação acha-se entravado pelas restrições cambiais que constituem um handicap cada vez maior para outros países que não sejam Portugal.

As exportações em 1933 elevavam-se a 2 milhões e 244.000 libras esterlinas e o excedente das exportações sobre as importações elevava-se a 644.000 libras esterlinas. Entretanto as previsões agrícolas para 1934 são pessimistas. O governo português, não encoraja de maneira nenhuma a colonização estrangeira mas entre 1928 e 1933 a população portuguesa aumentou 10.000 unidades e o país desenvolve-se gradualmente mau grado a falta de capitais.

Depois da guerra foram elaborados vários planos ambiciosos tendentes à utilização e ao desenvolvimento dos recursos naturais do país, tendo sido consagrados fundos importantes, obtidos por empréstimo, ao exame e à preparação dos projectos de vias férreas e estradas destinadas a abrir o país inteiro à exploração.

Entretanto estes trabalhos foram na sua maioria suspensos e os seus resultados materiais relativamente insignificantes. Os caminhos de ferro e as redes de estradas foram criados independentemente desses planos.

## A posição financeira

É difícil dizer exactamente a situação financeira actual do país, visto muitas despesas serem atribuídas aos anos anteriores ou simplesmente postas de lado. Um grande esforço tem sido tentado nos últimos dois anos em vista de melhorar o sistema da contabilidade e a simplificação das contas. Este esforço continua e vai ser sem dúvida coroado de êxito. No ano económico 1932/33 o orçamento ordinário apareceu equilibrado com um saldo positivo de 10.000 contos. Mas é preciso não perder de vista, sob este aspecto, o facto de ter sido suspenso o juro que a Colónia pela sua dívida pagava à Metrópole.

## O comércio de importação

A maior parte dos importadores portugueses de Angola ocupam-se ao mesmo tempo do comércio por grosso e a retalho, de sorte que o exportador estrangeiro entra freqüentemente em relações directas com o retalhista.

A situação actual em matéria de divisas força os importadores a ocupar-se ao mesmo tempo da exportação. A maior parte dos comerciantes portugueses tem agentes em Lisboa enquanto que as firmas britânicas têm relações directas com a Inglaterra. O maior obstáculo ao comércio exterior reside actualmente na extrema dificuldade que há de obter as divisas estrangeiras para o pagamento das mercadorias não portuguesas.

O valor total das importações da Inglaterra em 1932 foi de 45.142 contos contra 21.798 contos em 1933. Esta diferença é devida às importações do material para o caminho de ferro de Benguela, importações que se elevaram em 1932 a 22.700 contos e em 1933 somente a 171 contos.

Em 1933 a Inglaterra exportou para Angola 28.000 contos de carvão por um valor de 5.615 contos.

A Inglaterra exporta também para Angola produtos metalúrgicos, máquinas, produtos textéis e alimentares e drogas. As Índias Inglesas exportam para Angola todos os sacos de juta que aqui são utilizados; e a Austrália exporta cada ano farinha no valor de 5.000 contos. As importações da Alemanha, Estados Unidos e Bélgica diminuíram regularmente desde 1929. Entretanto a importação da Alemanha que em 1929 fôra de 46.060 contos caiu em 1932 para 13.082 contos e torna subir em 1933 para 14.017.

Neste momento a Alemanha exporta principalmente produtos metalúrgicos e maquinismos. As suas vendas de textéis diminuíram de 8.582 em 1930 para 1.000 aproximadamente em 1933. A cerveja alemã já não entra em Angola, mas a Alemanha ainda exporta para a colónia produtos alimentares e drogas.

O valor das importações de proveniência americana caiu de 38.000 contos em 1929 para 14.278 contos em 1932. Em 1933 aumentou para 49.071 contos.

Os Estados Unidos exportam principalmente automóveis, acessórios e óleos minerais.

As importações de automóveis estão a ser cada vez menores, entretanto Angola comprou ainda aos U. S. A. no ano de 1933 6.000 contos de óleos minerais.

O valor das importações de proveniência belga foi em 1932 aproximadamente de 7.548 e em 1933 de 7.257 contos. A Bélgica exporta principalmente cimentos, produtos metalúrgicos, máquinas e produtos textéis diversos.

O Japão colocou em Angola em 1933 45 toneladas de mercadorias valendo aproximadamente 847 contos. Trata-se principalmente de calçado em caoutchouc muito barato. Nota-se que as firmas locais começam a fazer importantes encomendas ao comércio japonês de produto textéis.

## Os direitos de importação do arame farpado, parafusos e pregaria, rêde de arame, tubo de chumbo e chumbo laminado nas pautas da Colónia de Angola

Luta a Metrópole com um excesso de produção considerável destes artigos, e vem ultimamente procurando dar-lhes vasaão, por meio de exportação para as Colónias. De entre estas, só as da Costa Ocidental—e em especial Angola e Cabo Verde—poderão, pelo menos, por agora, importa-los visto que a igualdade de direitos alfandegários na Costa Oriental, torna absolutamente impossível a concorrência com o artigo de origem estrangeira.

Os resumos estatísticos que se seguem, dão uma ideia do movimento comercial que estes artigos têm na Colónia de Angola, e, vem provar, aquilatando pelo movimento de 1930 (único que possuímos até 1923, discriminado por países exportadores), que cabia, então, ao estrangeiro a totalidade do seu fornecimento.

### Arame farpado :

	1928	1929	1930	1931	1932
Totais.....	9.894	18.455	9.616	12.190	2.275

#### Procedências :

Inglaterra.....	—	—	8.550	—	—
Alemanha.....	—	—	816	—	—
Noruega.....	—	—	250	—	—

O espírito nacionalista que em Angola se está desenvolvendo de dia para dia, transformou o ambiente em que a Indústria Nacional viveu até 1932, e, o referido ano de 1933, mostrou já os seguintes resultados:

Total em quilos de arame farpado importado pela colónia durante 1933..... 12.190 quilos

#### Procedência :

Metrópole.....	3.118	"
França.....	5.531	"
Alemanha.....	3.490	"
América do Norte.....	45	"
Congo Belga.....	6	"

### Pregadura de ferro e parafusos de ferro importados :

	1928	1929	1930	1931	1932
Totais.....	266	331	172	164	200

#### Procedências :

Metrópole.....	—	—	80	108	126
Bélgica.....	—	—	21	18	34
Alemanha.....	—	—	22	27	17
Inglaterra.....	—	—	42	5	17
Congo Belga.....	—	—	4	—	3
Outros países.....	—	—	3	8	3

A grande publicidade japonesa tem-se intensificado fortemente na colónia, e uma missão comercial deve vir dentro em breve visitar Angola.

A concorrência japonesa deve começar a fazer-se sentir dentro em breve.

### Previsões

As possibilidades de desenvolvimento do comércio exterior de Angola dependem inteiramente de exportação pois só ela pode fornecer as divisas estrangeiras necessárias ao pagamento das importações.

O ano de 1933 foi sob este aspecto muito favorável graças a um desenvolvimento excepcional das exportações do diamante do milho e do açúcar. A exportação do café conservou-se num nível muito baixo.

O valor total das exportações em 1933 elevou-se a 246.864 contos e o valor total das importações atingiu o montante de 175.970 contos. Podemos sur-

### Rêde de arame :

Total importado em 1933..... 14.440 quilos

#### Procedências :

Metrópole.....	2.967	"
Alemanha.....	7.775	"
Bélgica.....	2.356	"
U. S. A.....	873	"
Itália.....	252	"
Inglaterra.....	110	"
França.....	107	"

As importações de tubo de chumbo e chumbo laminado foram as seguintes, em 1931 e 1932:

### Tubo de chumbo :

	1931	1932
Totais.....	2.913	3.897

#### Procedências :

Metrópole.....	514	367
Bélgica.....	2.072	1.763
Inglaterra.....	327	1.144
Alemanha.....	—	623

### Chumbo laminado :

Totais.....	2.590	4.054
-------------	-------	-------

#### Procedências :

Metrópole.....	1.232	1.186
Inglaterra.....	1.357	2.634
Alemanha.....	—	214

Os resumos estatísticos transcritos, claramente nos indicam que para que os nossos produtos possam concorrer com vantagem com os exportadores estrangeiros devem ser modificados os direitos de importação de 15 para 30 % "ad valorem", no que disser respeito aos artigos que não sejam de origem nacional.

preender-nos justamente com a penúria de divisas estrangeiras no país. Esta anomalia pode explicar-se pelo facto de algumas firmas beneficiarem dum regime especial que lhes permite não pagar senão 20 a 30 % em lugar de 75 % do produto em divisas estrangeiras pelas suas vendas no estrangeiro. As últimas notícias de Angola afirmam-nos porém que estes últimos privilégios vão ser abolidos. As repercussões desta abolição sobre o desenvolvimento futuro do comércio exterior de Angola seriam em todos os casos excelentes.

É de esperar também que os efeitos benéficos das exportações consideráveis do ano de 1933 se façam sentir em 1934. Como afirmamos acima as previsões para a colheita de 1934 são pessimistas. As colheitas do milho e do café estão muito ameaçadas pela seca.

Em geral os direitos aduaneiros e as medidas de regulamentação do tráfico das divisas tende a favorecer de cada vez mais os produtos da metrópole em detrimento dos produtos estrangeiros.

# Página literária

**A**FRICA. Terra portentosa! De lá regressi há duas semanas. Para lá conto voltar dentro de dois meses. Trágo-a pois ainda nos olhos e no coração; e é já com os olhos postos nela e o espírito todo ocupado das suas coisas que estou de novo vivendo as fugitivas horas deste breve paréntesis europeu.

Falar de Africa em Portugal, é, de resto, um tema sempre actual. Tôda a nossa história está, desde a origem, cheia de Africa e das suas coisas — das suas gentes, dos seus mistérios, das suas tentações, das suas riquezas, e também das suas traições, e vinganças, e terrores, e dramas e misérias.

A maior parte de Portugal foi; palmo a palmo, conquistado há séculos a gentes de Africa.

Depois, durante o seu século d'ouro, começado em Ceuta, às portas de Africa, foi ao longo das ribas d'África até ao seu extremo limite que o sol da imperecível glória portuguesa atingiu o seu meio-dia para vir tombar, ainda em terras de Africa, num fulgurante e sangrento crepúsculo de heroísmo e de tragédia. E se é certo que a partir desse século de seiscentos, por uma incoercível cadeia de fenómenos político-económicos, as coisas d'África passaram entre nós a um plano quasi remoto, não é menos certo que bastaram apenas dois séculos de desvio e abandono para que de novo a tentação de Africa nos acordasse no sangue, reavivando-nos a memória, reatando a ancestral tradição e reabrindo-nos, em resumo, à nossa febre de acção ilimitados horizontes para as conquistas da vida moderna.

Com effeito, como é sabido, tôda a segunda metade do nosso século XIX, está ainda cheia de Africa. Se durante mais de dois séculos tôda a sua terra adusta nos havia apenas servido de vasadoiro, de escórias sociais, e o seu negro e dócil gentio apenas havia contado como miserável gado humano para empregar em terras mais ricas ou mais fáceis, logo que em Portugal as lutas civis se apaziguaram e o fumo da pólvora se dissipou, dado o verdadeiro balanço à ruínosa situação do país, força foi enveredar por nossos rumos mais compatíveis com o espírito especulativo, e o regime utilitário dos nossos tempos.

Foi assim que a Africa reentrou na vida e na história da Nação. Geógrafos, historiadores, militares, engenheiros e administradores retomaram o caminho d'África. A encarniçada e vitoriosa luta, ora diplomática, ora militar, que, depois, durante meio século, tão bravamente e teimosamente sustentamos, contra tudo e contra todos, contra negros e contra brancos nas chancelarias da Europa como nos sertões de

## AFRICA TERRA PORTENTOSA

Original inédito de

Carlos Selvagem

Africa, é a dramática e sombria epopeia de nosso tempo — tão malsinada embora! — que qualquer outro povo, menos ignorante e menos leviano, inscreveria com o mais legítimo orgulho no livro de ouro das suas mais imperecíveis glórias.

A ocupação militar e posse jurídica dos territórios, seguiu-se, metódica-

mente, durante sucessivos anos, o labor pacífico da ocupação administrativa e da valorisação económica. E hoje, por todo o imenso território d'África onde palpita ao vento a bandeira cristianíssima de Portugal, reinam e paz, a ordem e a justiça — nos limites em que são possíveis essa paz, essa ordem e essa justiça em sociedades mal saídas ainda das gangas e escórias duma barbarie milenária.

A consagração desses oitenta anos de lutas e de penas, o fecho da cúpula desse glorioso edificio está palpavelmente, materialmente realizado na primeira Exposição Colonial Portuguesa, inaugurada há meses, com retumbante êxito, na cidade do Porto.

Na sua didáctica singeleza, despida de tôda a enfase, esse rico mostruário é a mais solene, orgulhosa e infosismável afirmação que à luz do sol podemos fazer, de que Portugal domina, administra e enriquece efectivamente os territórios d'Além-Mar que o seu génio militante soube descobrir, e que estabeleceu já definitivamente o império da paz e de justiça e todos os benefícios duma ordem superior, entre os povos de tão diversas raças que o seu espírito cristão soube trazer ao seu lar.

Fechado assim o glorioso ciclo, colhidos todos os ensinamentos úteis de oitenta anos de lutas e experiências, resta agora prosseguir confiantemente no seguro caminho que pisamos. A nossa velha Africa dos presidios e do degrêdo, dos terrores e das ciladas, dos pântanos e das febres, esse tenebroso sertão de que a imaginação do povo faz ainda um cemitério de brancos, cedeu já o logar a uma Africa tão devassada pelas luzes do século, tão revolvida pela actividade europeia, tão cortada de estradas e vias férreas, tão manietada e domada pela rede metálica dos fios telegráficos e pela armadura burocrática da administração regular, que dia a dia o encanto do seu mistério se vai evaporando e esterilizando como os seus pântanos e miasmas doutrota. Tirante os prazeres e os perigos da caça — que por lá retoica ainda em zonas adrede preparadas — é uma decepção total para quem nela queira ainda buscar apenas a grosseira volúpia dos sedícios romances de aventuras.

«Já não há Africa!... — exclamava, há tempos,

para mim, maravilhado mas desalentado, um colonial distinto dos tempos da ocupação, ao acabar de percorrer de automóvel em poucas horas, algumas centenas de quilómetros através do mato africano.



Mas para além dessa África já tão policiada e referenciada por códigos e estatísticas, para além dessa África material e visível, que é hoje o nosso orgulho, uma outra África existe ainda, inexplorada e quasi virgem, invisível aos nossos olhos de europeus.

Quero referir-me à África como campo de rieflorescências artísticas; quero referir-me aos domínios ainda ignorados da alma negra, à vida interior duma raça secularmente escravizada, ao estranho e informe mundo mitológico e mistagógico em que vive, sofre labuta e sonha.

Essa África inviolada que, sem se confundir nem misturar senão aparentemente, vive invisível, paredes-meias com a África policiada, europeia, das explorações económicas e dos serviços oficiais, constitui ainda, por vergonha nossa, um mundo de maravilhosos, herméticamente cerrado e secreto para nós outros, portugueses, seus dominadores.

E no entanto, todo o seu folclore, os seus ritos sagrados, o seu romanceiro oral, a sua escultura, as suas dansas e a sua música! — transbordam do mais perturbador encanto, do mais embriagador sentido de beleza, para quem tiver alma e nervos para lhe gosar a pura essência.

Suprema e mesmo única floração espiritual de raças secularmente escravas — escravas duma Providência madrastra e escravas doutras raças mais vorazes — todas as concepções artísticas de gente negra exprimem, na sua tósca ingenuidade, na sua balbuciante espontaneidade, um sentido de vida, tão animalmente sofredor e conformista, e ao mesmo tempo uma alegria selvagem, tão sadiamente, tão candidamente voluptuosa e otimista no seu fatalismo bárbaro, que não há ahí nas nossas cultas sociedades d'Europa, filósofo ou artista que não tenha sempre muito que aprender na meditação dos espectáculos em que a alma negra se nos oferece, toda nua, nos seus momentos de embriaguez conceptual. A própria ferocidade da natureza envolvente, ainda quasi virgem também no seu segrêdo sísmico, ajuda a compreender, a explicar, a amar melhor esta cãndida e miserável psique africana. Dêsse ideal conformidade da terra e do homem, que só logram compreender bem aqueles que se isolam por algum tempo na vida d'África, diz algures o alemão Keyserling:

A natureza inanimada predomina a tal ponto na Suíça que, por fim, acabou por crear um tipo de homem à semelhança da sua imagem rupestre. O mesmo se pode dizer, e em mais alto grau, em relação à terra de África. E não porque a África, em geral, seja um deserto, nem porque ali a nossa terra pareça um astro entre outros astros, girando no vazio cósmico, sem que a vida desempenhe nele um papel considerável sobre o homem, mas porque a causa reside precisamente no facto da vida humana ter ali desempenhado, em milhares de anos, o papel predominante na esfera do espiritual e da alma, até chegar a participar da austera grandeza, do carácter estelar que oferece a paisagem africana — facto de que dão testemunho a grandes homens de tipo religioso que o solo africano tem produzido...»

Isto é, de facto, assim. E é mesmo esse o terrível segrêdo — estou em crê-lo — do império absorvente que a terra e a alma primitiva de África exercem sobre os europeus que se lhe abandonam, para sempre se lhes apoderando com volúpia dos nervos e da vontade. É esse austero encanto o ópio com que os adormece, para os absorver e digerir depois, com a volúpia amorosa das boas das suas florestas. É esse o filtro terrível da terra de África para dominar por sua vez os brancos que tentam dominá-la. Se esses homens, ignaros ou contemplativos, não encontram no seu espírito ou no seu coração energias suficientes para resistirem ao temível assédio de todas essas forças ambientes, deixam-se pouco a pouco resvalar e regressar ao austero conformismo da vida primitiva. São esses os que se *caftrealisam*.

Mas se esses homens — como artistas ou como pensadores — forem dotados de algum amor, intellectual e desinteressado da Natureza podem aí haurir, ao contacto da alma negra e da natureza ambiente, as mais raras emoções de beleza.

Toda essa ignorada África portuguesa estremece, pois, e palpita de misteriosa vida artística, que só espera os seus novos descobridores.

Em outros recantos d'África, já se há visto outros europeus, de mais acurada sensibilidade e outras curiosidades especulativas, se debruçam amorosamente sobre a alma negra e, sobre a sua estranha vida interior, para a explorarem e explicarem.

Entre nós, neste campo, salvo alguns casos isolados sem qualquer projecção exterior, tudo está ainda por fazer. Do folclore dos indígenas do Sul de Moçambique, por exemplo, só ainda um padre suíço se ocupou em alguns trabalhos de consagrado valor. Quanto a nós, nem do nosso funcionalismo colonial, há, por enquanto, nada a esperar; nem as nossas elites intellectuais consideram e olham ainda a África com mentalidade e critério muito diferente do critério e mentalidade dos bons cavadores das nossas aldeias — isto é, como um local de degrêdo.

E por isso cabe aqui perguntar melancolicamente, como o poeta:

Que é dos pintores do meu país estranho.  
Onde estão eles que não vêem pintar.

Lisboa, 17 de Agosto de 1934.



CABO VERDE — S. Nicolau

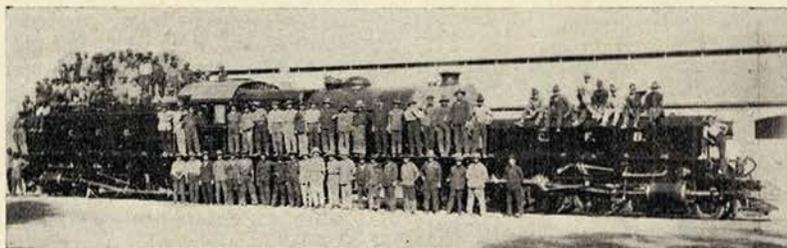
# ANGOLA-PULLMAN

UM FILME FRANCÊS EM QUE SE FAZ JUSTIÇA À OBRA PORTUGUESA EM ÁFRICA

VISTO POR ANTÓNIO LOPES RIBEIRO

**M**AIS que a maledicência, a ignorância voluntária das coisas e dos homens pesa sobre os destinos dum país. A política do silêncio é a mais perigosa arma que podem usar os nossos

É por isso que o nosso espírito não pode deixar de ser impressionado pelo facto de ter havido um francês, René Ginét, que, sem outras afinidades comnosco que não sejam as da admiração que a nossa obra



ANGOLA — Uma das poderosas máquinas do Caminho de Ferro de Benguela

antagonistas. E é essa a que têm usado contra nós em matéria de colonização.

O clima e outros... embustes geográficos pareceram bem leves ao ânimo e à sobriedade portuguesa. África submeteu-se ao homem que a descobriu e amou. Mas os demais, que atrás de nós vieram à formiga, se não conseguiram apagar o traço indelével das nossas botas ferradas, calaram à Europa, subtilmente, a formidável verdade: por toda a parte calcayam pistas portuguesas.

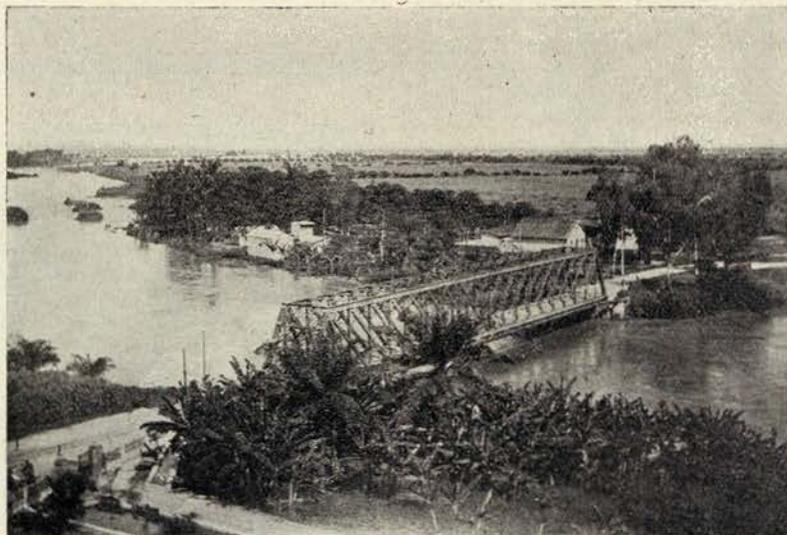
É certo que começam a sentir-se os efeitos duma propaganda perentória, e a ouvir-se as palavras a que temos jus. Mas os ecrans do mundo ainda não reflectem com frequência a imagem viva dos nossos padrões — os de ontem e os de hoje.

merece ao homem civilizado, enalteceu, num filme, a acção dos portugueses em Angola, tomando por base o Caminho de Ferro de Benguela.

*Angola-Pullman* consegue ser assim um dos raros documentários dignos desse nome.

Na maravilhosa viagem do Lobito a Lourenço Marques, agora feita tão comodamente como nos mais luxuosos expressos europeus, o espectador atravessa, guiado pelo mais amável, imparcial e culto dos cicerones, Angola, o Congo Belga, a Rodésia e Moçambique, demorando-se no trajecto para observar demoradamente a paisagem, as raças, os costumes e os progressos locais.

Deslumbra-se perante as cataratas do Duque de Bragança, duas vezes mais altas que as do Nia-



ANGOLA — Ponte de Catumbela no Caminho de Ferro de Benguela

gara; acompanha o ritmo desenfreado dos batuques; verifica as benfeitorias da civilização,—sem prejuízo, a meu ver, do pitoresco — no que se refere à indumentária, às indústrias, aos serviços sanitários.

René Ginét dedica um largo trecho do seu filme aos hospitais angolanos, mostrando-nos as suas instalações modelares, os seus enfermeiros impecáveis, os seus médicos carinhosos e competentes, a que os doentes se sujeitam com evidente confiança, perdido completamente o receio nativo pelo feiticeiro branco que os liberta, com risco da própria vida, da terrível doença do sono. Só esse trecho bastaria para assinalar *Angola-Pullman* à atenção de todos os portugueses, e basta para revelar a nossa benéfica acção colonizadora às plateias estrangeiras.

Mas outra coisa solicitou a minha atenção, originando bem compreensível orgulho: a *maneira* como nas duas colónias portuguesas foi exercida essa acção, em *compreensão absoluta do ambiente*, procurando e conseguindo conquistar as boas graças do indígena, maneira que salta aos olhos pela simples visão do filme de René Ginét.

É realmente notável o contraste entre as cidades opulentas dos belgas e dos ingleses, onde os negros

se devem sentir à margem duma super-civilização que não compreendem, e as cidades portuguesas, lindas na sua simplicidade, onde se evidencia a saudade da pátria distante no recorte portuguesíssimo dos edifícios e em muitos outros pormenores tocantes. Os *buildings* de Leopoldville não conseguem superar em inteligência as confortáveis casas portuguesas.

Depois de ver *Angola-Pullman* compreende-se que os indígenas africanos chamem ingleses aos ingleses, belgas aos belgas, franceses aos franceses—e, aos portugueses *brancos*.

Honra deve ser feita ao estrangeiro que tão bem soube documentar a sua viagem de Angola à contra-costa.

É um dever patriótico pôr em relêvo a obra de René Ginét, rara prova de honestidade e de valor, assinalando o seu trabalho à gratidão e à admiração do país a que soube fazer justiça.

*P. S.*—Sabemos de fonte autorizada que a apresentação e os comentários ao filme de René Ginét será feita em Portugal pelo ilustre colonial capitão Henrique Galvão que gentilmente aceitou o convite que para esse efeito lhe fez a casa distribuidora.



ANGOLA—Um rebanho na Humpata

Leiam a **“Portugal Colonial”**

revista de propaganda e expansão Colonial

# DA IMPRENSA

IMPRENSA  
ESTRAN-  
GEIRA

# T R A N S

**M.** Paul Tschoffen logo que chegou da

fala pouco e escuta muitíssimo. Mas quando sai do seu silêncio é sempre para dizer com precisão opiniões que não são nunca banais. Conservo das minhas entrevistas com Salazar a melhor recordação.

Gostei e também me interessou imensamente a visita que fiz em companhia do Ministro das Colónias Dr. Armino Monteiro a um organismo novo criado especialmente para a classificação e ordenação dos arquivos coloniais de Portugal. Uma mina de riquezas verdadeiramente inexgotáveis existe em Lisboa para todos os sábios ou investigadores. Está-se desde já classificando uma enorme quantidade de documentos dos quais alguns remontam a mais de quatro séculos, todos dizendo respeito à actividade de Portugal no ultramar.

Existem documentos sobre Macau sobre o Brasil acerca do Congo e de Timor. O organismo não está senão no começo, mas parece que os portugueses querem

fazer as cousas de forma grande e completa e que assim estão decididos a recorrer para tirar o máximo de utilidade do seu trabalho à técnica mais recente em matéria de bibliotecas.

A amabilidade portuguesa permitiu-nos em alguns dias apenas fazer uma ideia, necessariamente muito sumária, dos diversos aspectos de Portugal.

Da comercial Lisboa viemos para a industriosa cidade do Porto, onde fomos recebidos pelo presidente da Municipalidade.

A Exposição Colonial do Porto aqui organizada ultrapassa bastante as proporções de uma feira comercial.

Trata-se realmente de uma verdadeira exposição onde foram agrupados da maneira mais feliz uma grande quantidade de produtos coloniais e preciosas informações. Para todos os coloniais diz-nos finalmente M. Tschoffen, fechando a entrevista, esta exposição apresenta um poderoso interesse.

sua longa e esgotante viagem ao Congo e a Angola entrou imediatamente no exercício das suas funções de Ministro das Colónias e regressou acto contínuo à sua actividade usual no seu gabinete da Place Royale.

É do conhecimento do público que M. Tschoffen acompanhado dos seus fiéis colaboradores M. C. Camus, director geral do Ministério das Colónias e de M. Gorlia seu chefe do gabinete na sua viagem de regresso à Metrópole visitou Portugal onde lhe foi feita uma calorosa recepção.

M. Tschoffen quiz conceder-nos alguns minutos para nos comunicar as suas impressões da antiga Lusitânia.

—Não tenho necessidade de dizer-lhe—declarou o Ministro das Colónias—a amabilidade com que eu e os meus companheiros de viagem fomos recebidos em Portugal.

A hospitalidade da Mãe Pátria Portuguesa não ficou a dever nada à que recebemos na sua colónia Angolana.

Os jornais explicaram-vos decerto o emprêgo do nosso tempo nesse belo País.

Fiquei particularmente bem impressionado com duas largas conversas que tive em Portugal com o presidente do conselho M. Salazar. Estas conversas permitiram-me apreciar a nitidez das suas concepções e a riqueza da sua documentação em matéria colonial.

Ouví da sua boca a confirmação das excelentes disposições de Portugal em relação ao Congo Belga.

M. Salazar é certamente um homem de Estado de valor. Ainda que professor—é muito eloquente segundo me disseram—

## M. Tschoffen em Portugal

Transcrito da "Gazette de Charleroi"  
de 27 de Agosto de 1934



## Todos os Portugueses devem visitar a 1.ª Exposição Colonial Portuguesa NO PORTO

Junho—Setembro de 1934

# COLONIAL

# CREVE-SE

# IMPRENSA PORTU- GUESA

**P**OR ocasião do centenário da abolição da escravatura que se realizou recentemente em Londres—e que em Portugal, primeiro país que a aboliu (1), passou inteiramente despercebido—foram publicados alguns documentos inéditos que vêm projectar uma luz admirável e emocionante sobre tão debatido problema.

Foi assim que a mensagem dolorosa de um pobre negro de uma plantação da Virgínia chegou até nós.

Jornal confrangedor de uma vida verdadeiramente desumana, essa pintura ingénua e pungente que um desgraçado escravo faz da sua condição é melhor argumento a favor dos países que logo de início aceitaram o princípio da libertação completa, perfilhando o ponto dos Estados Americanos do Norte, que tódas as filosofias do trabalho escravo e tódas as consolações que um Beotius do século XVIII pudesse escrever.

"Mim pobre escravo—escreve o escravo— mau dono: roubar e tirar tudo a pobre negro. Mim trabalha desde madrugada. Èle dizer: "levanta-te, tenho necessidade de muito dinheiro.". Então pobre negro corre trabalhar. Sofre muito, sua muito e ganha moedas de dinheiro. E o dono diz: "Quantas moedas tens?.". Então pobre negro mostra o seu dinheiro e o dono diz: "Dá cá, e o pobre negro dá tudo, salvo uma moedazinha para comprar um pequeno pão. E quando pobre negro morre, o dono olha na sua palhoça, e se vê moedas, toma logo conta delas. E se lá há peixe salgado ou queijo ou pão toma conta deles também. A mulher do pobre negro chora muito. Não tem nada que comer nem beber, pobre mulher! E o dono diz: "tanto pior para a mulher, que se desembrulhe, eu quero o dinheiro. Com tódas as moedas o dono faz grande pândega, come muito de boas coisas e bebe muito vinho. E depois quando está bêbado o dono delta o dinheiro pela janela fora. E pobre negro não diz nada, vê tudo e continua a trabalhar para o mau dono.. (2).

Èste bosquejo lamentável mas exacto da condição do escravo no final do século XVIII é a prova de que as campanhas humanitárias, que tão caluniadas foram, algum fundamento possuíam.

Como colonizadores não nos pode acusar a consciência de termos procedido na mesma conformidade que os escravagistas

(1) A escravatura foi abolida em Portugal por alvará régio no ano de 1761. Só 50 anos depois os outros Estados europeus começaram a seguir o nosso exemplo.  
(2) Desde Roma que o escravo como parte contratante era considerado «non tam villis quam nullus».

Como colonizadores não nos pode acusar a consciência de termos procedido na mesma conformidade que os escravagistas

Como colonizadores não nos pode acusar a consciência de termos procedido na mesma conformidade que os escravagistas

Como colonizadores não nos pode acusar a consciência de termos procedido na mesma conformidade que os escravagistas

Como colonizadores não nos pode acusar a consciência de termos procedido na mesma conformidade que os escravagistas

Como colonizadores não nos pode acusar a consciência de termos procedido na mesma conformidade que os escravagistas

americanos. O dono do escravo foi nas colónias portuguesas geralmente um indivíduo bondoso que tratava bem o seu pessoal e ao mesmo tempo o primeiro a aceitar a libertação dos escravos quando ela foi promulgada.

Sempre tivemos uma tolerância e uma piedade reflectida por todos os habitantes do sertão e mesmo por tudo que neles é inferior e primitivo, e só assim se podem explicar as maravilhosas travessias dos nossos pioneiros que mais do que ninguém souberam insinuar-se no coração dos indígenas—pretendendo intransigentemente, é certo, mas com indulgência, elevar a mentalidade das raças nativas, aproveitar as suas aptidões e a sua actividade, mas sempre com a principal finalidade de abrir a sua inteligência a luz mais pura duma vida mais nobre.

Pretendemos civilizar, com efeito, mas não brutalizamos já-mais, nem exploramos nunca o trabalho alheio da forma indecorosa com que o fizeram os americanos.

Fomos sempre sinceramente orientados por princípios humanitários e, se não fizemos melhor, foi porque decididamente não podíamos viver fora da época.

Mesmo assim, e muitos séculos antes da escravatura—rendoso negócio de pau de ébano—estar no seu apogeu, D. Sebastião, êsse rei místico sobre quem tanto se tem escrito, ordenava que a colonização que se fizesse fôsse principalmente tendo em vista *aumentar a cristandade*.

Tudo quanto se possa dizer em contrário é inteiramente falso. Fomos, na verdade, um país de invasores, mas nunca uma nação de escravagistas, e chegamos mesmo a sofrer vexames internacionais, como o célebre caso da barca "Charles Georges", por pretendermos respeitar cláusulas de tratados que outros se obstinavam em iludir o melhor possível.

Agora que a Exposição Colonial do Porto abriu as suas portas, procurando consagrar o esforço colonizador português e as nossas aptidões nesta matéria, é a ocasião de lembrar que até naquilo em que tão vivamente nos caluniaram, fomos desde sempre—melhores que todos.

Agora que a Exposição Colonial do Porto abriu as suas portas, procurando consagrar o esforço colonizador português e as nossas aptidões nesta matéria, é a ocasião de lembrar que até naquilo em que tão vivamente nos caluniaram, fomos desde sempre—melhores que todos.

Agora que a Exposição Colonial do Porto abriu as suas portas, procurando consagrar o esforço colonizador português e as nossas aptidões nesta matéria, é a ocasião de lembrar que até naquilo em que tão vivamente nos caluniaram, fomos desde sempre—melhores que todos.

Agora que a Exposição Colonial do Porto abriu as suas portas, procurando consagrar o esforço colonizador português e as nossas aptidões nesta matéria, é a ocasião de lembrar que até naquilo em que tão vivamente nos caluniaram, fomos desde sempre—melhores que todos.

Agora que a Exposição Colonial do Porto abriu as suas portas, procurando consagrar o esforço colonizador português e as nossas aptidões nesta matéria, é a ocasião de lembrar que até naquilo em que tão vivamente nos caluniaram, fomos desde sempre—melhores que todos.

F. ALVES DE AZEVEDO

Diplomado com o Curso Superior Colonial

# INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

## Crónica do mês **Congressos**

**M**ELHOR que qualquer demonstração complicada necessariamente obscura um facto importa pôr em relêvo em vista de provar a todos os espíritos snobs ou incrédulos o valor e a saudável energia do nosso renascimento em tudo que diz respeito a cousa colonial.

Singular manifestação quasi expontânea de um imperativo que começa a impor-se a todos os portugueses—a idea de um Império Português—a Exposição Colonial do Pôrto veiu despertar no sub-consciente adormentado da elite a noção da latitude material e moral do nosso império da sua progressiva evolução, do seu todo homogéneo que nem a perigosa circunstância de se encontrar em 4 partidas do mundo logrou desunir ou fragmentar.

Também a maneira brilhante como temos sabido operar no próprio plano colonial obrigou os indifferentes a modificarem o seu espirito e se não se transformaram subitamente em verdadeiros coloniais são hoje pelo menos esplendidos receptores de doutrina colonial em todos os seus aspectos.

Só assim se pode explicar essa brilhantíssima série de Congressos que a Exposição Colonial do Pôrto tem propiciado e levado a efeito.

Tôdas as modalidades de acção quer militares ou culturais quer comerciais ou agrícolas tem merecido a melhor devoção da parte dos congressistas que a êles se dedicaram carinhosamente dando o máximo do seu esforço e o melhor da sua intelligência.

Assim tivemos o Congresso Militar Colonial onde os mais momentosos assuntos dêste carácter foram tratados sob aspectas técnicos que não podemos apreciar por motivos obvios; o congresso de agricultura

colonial, promovido pela Associação Central de Agricultura Portuguesa, pela Liga Agrária do Norte e pela Direcção da Exposição Colonial o que diz sufficientemente do seu significado e amplitude; e se vão realizar em 14, 26 e 29 de Setembro respectivamente os Congressos de Intercâmbio Comercial com as Colónias, de Colonização, e o do Ensino Colonial na Metrópole.

Também o Congresso de Antropologia vem provar o interêsse profundo que está despertando não só no nosso meio científico como no estrangeiro os problemas filológicos antropológicos e etnográficos que se referem às várias colónias do império português.

Por tudo isto devemos ficar gratos ao sr. Ministro das Colónias propugnador do movimento de renascença colonial portuguesa ao director da Exposição Colonial que tão bem tem sabido integrar-se no seu papel e finalmente a todos os portugueses patriotas e de bom senso que puzeram a sua fé e a sua intelligência ao serviço de causa mais nobre que pode animar hoje um espirito lusitano: a causa do império colonial português; a qual deve ser defendida intransigentemente com intelligência, seqüência e vontade.

Que, em verdade, a única fisionomia do Portugal contemporâneo é aquella que da acção ultramarina nos vier.

Porém — que os rios de tinta que da brilhante série de congressos vierem a correr, que das torrentes de palavras que da eloquência e a competência dos técnicos brotarem não fiquem — para bem da causa suprema do Império — apenas palavras, palavras palavras...

F. ALVES DE AZEVEDO

---

### Cabo Verde

O serviço de recepção e distribuição de todos os telegramas que passam por S. Vicente de Cabo Verde, que era até ao presente feito pelas companhias dos cabos submarinos, passa a ser realizado, pela Estação Telegráfica Nacional daquele arquipélago.

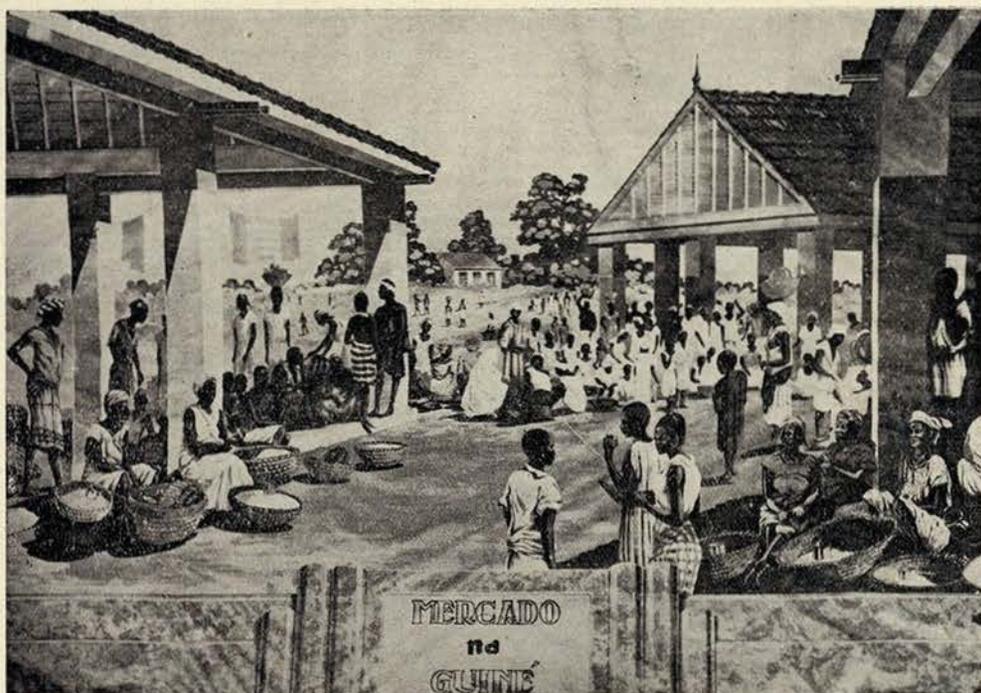
• Conforme já noticiámos, por iniciativa de alguns cabo-verdeanos, vai ser brevemente fundado em Lisboa o Grémio Regionalista Cabo-verdeano.

• Segundo comunicação de Cabo Verde, nas obras mandadas executar pelo respectivo governador, para acudir à crise de

desemprêgo, trabalham actualmente em S. Vicente 250 chefes de família, e mais 100 indivíduos.

Vão ser feitas outras obras em várias ilhas do arquipélago. • De Cabo Verde receberam-se no Ministério das Colónias cumprimentos e agradecimentos pela chegada ali do navio "28 de Maio".

• A convite do professor da Universidade do Pôrto, sr. dr. Mendes Correa, que desembarcou em S. Vicente de Cabo Verde, ao passar no arquipélago de regresso do Brasil, vem tomar parte no 1.º Congresso de Antropologia Colonial a realizar brevemente no Pôrto, o tenente-coronel médico, sr. dr. Silva Neves, director



dos Serviços de Saúde do Ministério das Colónias, que actualmente se encontra em Cabo Verde em inspecção aos respectivos serviços sanitários. A reorganização destes serviços, que o sr. Ministro das Colónias pretende que se efectue da maneira mais adequada às especiais condições sociais e geográficas do arquipélago no sentido duma assistência médica mais completa, exige uma visita técnica aos organismos sanitários, rurais sobretudo ambulâncias e delegações de saúde, das diferentes ilhas, entre as quais a navegação é cada vez menos freqüente. Nessa inspecção o referido médico terá que proceder à escolha duma região apropriada à instalação duma gafaria de maneira a garantir a necessária defesa da população de algumas ilhas onde novos casos de lepra têm continuado a registar-se.

• Segundo comunicação recebida de Cabo Verde, na sessão camoniana que se realizou no Liceu de S. Vicente, a brilhante conferência feita pelo professor sr. dr. Baltazar Lopes da Silva intitulou-se "A expressão de universalismo e do idealismo em Camões".

• Vai seguir de Rotterdam, para Cabo Verde o navio ali adquirido, ao qual foi dado o nome de "28 de Maio", e que se destina ao serviço de cabotagem entre as diversas ilhas daquele arquipélago.

• Segundo notícias recebidas de Cabo Verde, sabe-se que foi descoberto na cidade da Praia, um alcance praticado pelo recebedor do concelho, Pedro Monteiro Cardoso. Procede-se a um rigoroso inquérito para se apurar a quanto monta o alcance.

## Guiné

Vai ser adquirido pelo Ministério das Colónias vário material radiotelegráfico destinado à remodelação das estações da Guiné.

• Em Lisboa foi recebido um telegrama da Associação Comercial de Bolama pedindo ao sr. Ministro das Colónias em nome do comércio importador e consumidores que seja elevada a 75 por cento a entrega de cambiais para transferências, alegando que há três anos foram eutregues 50 por cento, pois há pedidos à comissão reguladora só de artigos nacionais 8.000 saques e reembolsos de correio na importância de 3.000 contos. A mesma associação chama a atenção para a infiltração de artigos japoneses na colónia que, a continuar, muito prejudicará o comércio da mesma.

Sabemos que o sr. Ministro das Colónias já adoptou as providências necessárias para evitar essa infiltração.

• O governador da Guiné seguiu ontem em visita oficial à região de Bijagós, tencionando regressar a Bolama no dia 12 do corrente.

## S. Tomé e Príncipe

Foi exonerado do lugar de chefe da Repartição Militar da colónia de S. Tomé e Príncipe, por haver sido nomeado para outra comissão de serviço público, o capitão de infantaria José Salvção Barreto.

• Vai proceder-se ao saneamento da cidade de S. Tomé. Como medida económica, vão ser aproveitados os presos que se encontram nas cadeias de S. Tomé e Príncipe, para trabalhos públicos. Serão devidamente vigiados pelos respectivos guardas.

• Segundo comunicação recebida de S. Tomé, em virtude da grande crise que ali lavra, os roceiros reduziram o seu pessoal contratado. Em 1926, existiam nas roças 34.389 trabalhadores contratados, tendo baixado actualmente uns 25.000.

• Foi nomeado vogal da juuta de recurso, criada pelo decreto 10.443 o coronel médico do quadro de saúde de S. Tomé e Príncipe, António Vasco Fernandes.

• O governador de S. Tomé comunicou telegráficamente terem sido ajustadas as contas referentes ao ano económico findo, verificando-se que as receitas arrecadadas foram na importância de 7.750 contos e as despesas 6.498 contos, incluindo as respeitantes aos exercícios de 1931-1932, bem como as despesas pagas na metrópole por conta da colónia, na importância de 1.600 contos.

## Angola

Segundo notícias de Angola, os trabalhos adrícolos dos colonos têm aumentado consideravelmente de ano para ano, como as estatísticas ultimamente publicadas o revelam. Em 1933 exportaram mais vinte e cinco mil toneladas e cinqüenta e dois mil contos que no ano anterior, mas este ano a exportação deve diminuir

e muito, devido à seca e à praga dos gafanhotos, que causam e continuarão a causar estragos irreparáveis nas plantações de europeus e indígenas.

Há cafeeiros completamente perdidos e as plantações novas pouco ou nada renderam, de modo que os agricultores vêm-se a braços com tremendas dificuldades, tendo pedido ao Governo um necessário auxílio.

• Segundo comunicação de Luanda, começaram ali várias obras que estavam suspensas por falta de verba, tendo sido readmitidos muitos trabalhadores e admitidos outros.

• Foi promovido a tenente coronel o major médico dos serviços de saúde de Angola sr. dr. Gomes da Costa.

• O Governo de Angola vai publicar um diploma referente à federação dos sindicatos de peixe com exclusivo da sua exportação.

• Vai ser construída a ponte cais de Novo Redondo.

• A Câmara Municipal de Nova Lisboa vai contrair um empréstimo para o abastecimento de água à cidade.

• Segundo telegrama de Angola, começou a construção da base do padrão do monumento aos mortos da Grande Guerra.

• Com o sr. Ministro das Colónias, conferenciou o sr. Conde de Lavradio sobre assuntos respeitantes ao caminho de ferro de Benguela.

• Uma brigada de engenheiros vai proceder à classificação das estradas de Angola.

• Vão ser reorganizados todos os serviços relativos aos correios e telégrafos de Angola.

• Os produtores de açúcar de Angola enviaram uma exposição ao governo da metrópole pedindo providências no sentido de lhes melhorar a sua situação visto estarem sendo muito prejudicados com a concorrência sem limite de outros produtores.

Foram mandadas ouvir as estações competentes sobre o assunto.

• A produção do açúcar em Angola no ano cultural findo, foi de 30.296 toneladas.

• Os gafanhotos destruíram em vários pontos de Angola, especialmente na Humpata todos os pomares e as culturas, tendo os respectivos agricultores tanto europeus como indígenas ficado em péssimas circunstâncias pelo que enviaram uma representação ao governo pedindo para serem socorridos.

• Sob a direcção do engenheiro sr. Sales Lane, vai ser prolongada a ponte-cais do porto e caminho de ferro de Amboim.

• Vai ser publicado um decreto autorizando, mediante determinadas condições, a Sociedade Portuguesa do Ultramar, a proceder a pesquisas mineiras no Sul de Angola.

• De Angola solicitaram de novo ao governo, que sejam

mandadas suspender temporariamente as execuções hipotecárias, pois a prática de tais execuções, dizem, está cavando a ruína de milhares de colonos os quais são vítimas da crise que Angola vem atravessando, como consequência da grande crise mundial.

• O governador de Angola comunicou ter visitado o Laboratório de Huambo, que vai ser dotado com os melhoramentos necessários à sua laboração.

O assistente deste laboratório, médico veterinário sr. Gago Câmara, retira para a metrópole em góso de licença graciosa.

• O governador de Angola comunicou ter determinado que seja intensificada a propaganda junto dos indígenas para que seja limpo de todas as impurezas e de bagos pretos, providenciando-se de forma a evitar que apareçam em percentagem superior a 5 por cento os bagos pretos, furados, triturados, etc., que podem ser vendidos à parte como resíduos de café, visto haver nos mercados externos compradores para esse produto.

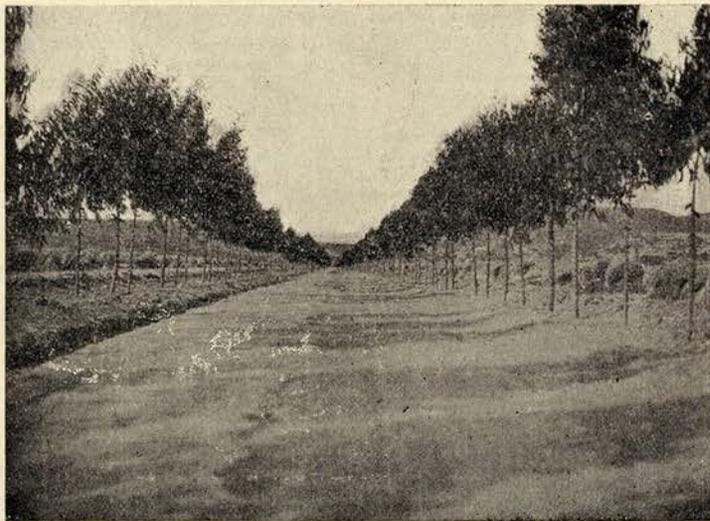
Esta medida tende a contribuir para o crédito do café de Angola, nos respectivos mercados, sobrepondo-se como base essencial a boa qualidade do produto e a sua boa apresentação para a conquista dos referidos mercados.

• O governador geral de Angola, seguiu com o director geral das Obras Públicas daquela colónia, em visita de inspecção à região da Quanza-Norte, onde presidirá à inauguração da nova ponte Dange, que é uma esplendida construção em cimento armado e estabelecerá a ligação permanente entre as regiões do Donde e Delatando. Também visitará a estação experimental de café de Cazengo e os novos postos de assistência médica aos indígenas de Banga, Quibaxe e Quilembe, bem como as pontes definitivas de Zuzo-Conguembo, Zuze-Quilombe e Sombija, que as asseguram as comunicações antes interrompidas na época das chuvas. Também tenciona visitar as instalações das granjas administrativas de Samba, Caju, Galandula e Quilombo.

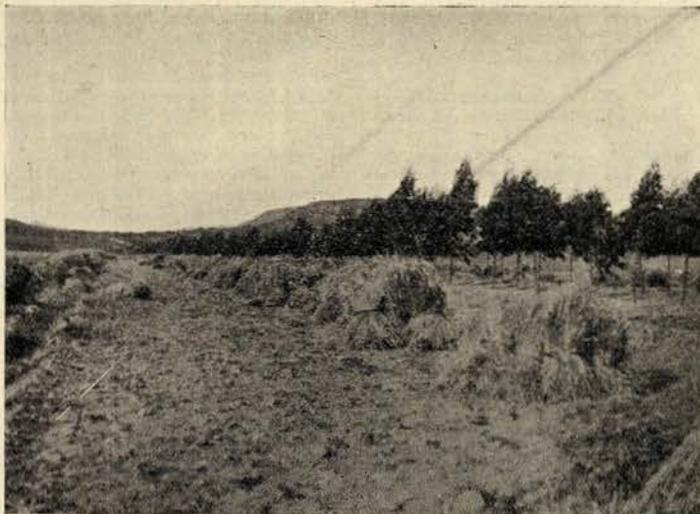
• O governador geral de Angola, telegrafou ao Ministério das Colónias, que a Secção Permanente do Conselho do Governo aprovara a proposta para a abertura de um crédito extraordinário de mil contos destinado à aquisição de sementes, a fim destas serem distribuídas pelas localidades assoladas pelos gafanhotos, para as habilitar a novas colheitas e evitar o decréscimo da produção.

• O governador da província de Benguela, capitão sr. Eurico Nogueira, telegrafou ao sr. Ministro das Colónias, comunicando ter assumido aquele cargo e agradecendo-lhe a sua nomeação.

• Foi comunicado ao governador de Angola, estar autorizado a proibir a importação de gasolina em caixas e a fixar o imposto de consumo de alcool de modo que a mistura carburante fique sempre mais barata que a gasolina e ainda a regulamentar as condições da fiscalização relativa a essa mistura.



ANGOLA — As belas estradas



ANGOLA—Campo de trigo, ceifado

• Está sendo negociado com o Banco de Angola um empréstimo para a reconstrução da ponte-cais de Novo Redondo.

• Fixou residência em Luanda, por haver sido autorizado a voltar a Angola o sr. António Correa de Freitas, antigo director do jornal "O Lobito", que havia sido expulso daquela colónia em virtude dum processo que lhe foi movido por abuso de liberdade de imprensa.

• Tendo o Governo Geral de Angola e o Banco de Angola feito uma representação sobre a necessidade de se regular a substituição e troca das cédulas em circulação daquela colónia, foi publicado o decreto 24.401 que diz:

Artigo 1.º—Emquanto se não reorganizar o regime monetário de Angola as cédulas de 1 escudo angolano emitidas pela Fazenda e as cédulas de qualquer valor da extinta Junta da Moeda de Angola que estiverem impróprias para circulação serão trocadas por cédulas da mesma Junta depositadas na C. G. de Depósitos, Crédito e Previdência à ordem da Ministro das Colónias, que as poderá levantar e fornecer à Fazenda de Angola à quantidade estritamente para aquele fim.

§ 1.º—São admitidas para troca todas as cédulas que, embora não satisfaçam inteiramente ao disposto nos §§ 2.º, 3.º e 4.º do art. 27.º do regulamento de 20 de Janeiro de 1928, se reconheçam como verdadeiras, ainda que sejam defeituosas.

§ 2.º—Na troca das cédulas de 1 escudo angolano observar-se-á a proporção fixada no artigo 2.º do decreto n.º 15.449, de 7 de Maio de 1928.

Art. 2.º—As cédulas trocadas serão queimadas na presença do director dos serviços de Fazenda de Angola, de um representante especial do governador geral de Angola, por ele nomeado, e do director geral do Banco de Angola em Luanda, lavrando-se termo assinado por todos, com indicação das quantidades, espécies e valores das mesmas cédulas.

Art. 3.º—O governo geral de Angola adoptará as providências necessárias para melhor execução do disposto neste decreto.

• Foi preso no Lobito o antigo chefe da secretaria do Município daquela cidade, o mestiço Raul Cordon Galiano, em virtude de se terem descoberto diversas irregularidades. Apurou-se até agora, que o desvio de valores, só durante o exercício de 1933-34, sobe a perto de 150.000 angolares, parecendo que o desfalque atingirá cifra superior.

## Moçambique

No Ministério das Colónias, recebeu-se um telegrama do governo de Moçambique, comunicando que fôra inaugurado em Waterfall Bower o Monumento aos pioneiros da construção do caminho de ferro Rand-Lourenço Marques.

Assistiram na qualidade de delegados portugueses os mais antigos funcionários daquele caminho de ferro.

Em comboio especial vieram a Lourenço Marques grande

número dos assistentes à referida cerimónia, que vieram tomar parte na cerimónia do descerramento, na estação de Lourenço Marques da placa de homenagem ao general Joaquim José Machado, primeiro engenheiro que estudou o caminho de ferro Lourenço Marques-Pretoria, seguindo depois para o cemitério, onde depuseram uma coroa no túmulo dos pioneiros de Lourenço Marques, onde estão também as ossadas do pioneiro sul-africano Cichard.

• Segundo telegrama de Lourenço Marques, em virtude da redução de 50 % nos direitos a pagar pelas bebidas alcoólicas e licores nacionais, devem estas ter agora mercado assegurado na colónia de Moçambique.

• Para a colónia de Moçambique, foi fixado a partir de 1 de Setembro próximo a equivalência do franco-ouro e suas fracções para efeito de taxas postais internacionais, a saber: 1 franco, sete escudos; 50 cêntimos, três escudos e cinquenta centavos; 25 cêntimos, 1 escudo e 75 centavos; 20 cêntimos, 1 escudo e 40 centavos; 15 cêntimos, 1 escudo e 5 centavos; 10 cêntimos, 70 centavos e 5 cêntimos 35 centavos.

• Vai ser publicado um decreto providenciando de forma a reparar as irregularidades cometidas pelo notário de Quepem, já demitido, e por um falecido notário, em Lourenço Marques.

• Uma enorme nuvem de ganhanhos passou há dias sobre Lourenço Marques. Tinham uma extensão de seis milhas e tão grande espessura que, ao passar, tapou a luz do sol.

A nuvem foi pairar na região de Calembe.

• Em consequência de ordens superiores o governador dos territórios da Companhia de Moçambique mandou pôr em vigor nos referidos territórios o regime de censura prévia à imprensa.

• Segundo um inquérito a que se procedeu na Câmara Municipal de Lourenço Marques, descobriu-se que um empregado daquele Município praticou ali um desfalque e que, ao ver-se descoberto conseguiu fugir para o Transvaal.

• Foi determinado que uma comissão constituída pelos funcionários da Alfândega de Lisboa, Manuel Gonçalves Monteiro, chefe da 2.ª Repartição, Amaro Joaquim Maria de Barros, verificador, e Carlos Castanheira, sub-inspector, servindo este último de secretário, estude e dê parecer sobre as percentagens que hão-de servir de base à restituição de direitos devidos pela mica em bruto importada de Moçambique, sob o regime de draubaque, destinada a exportação depois de talhada na metrópole.

• Passou à reforma o tenente coronel farmacêutico de Moçambique sr. José Rodrigues da Silva Júnior.

• Reconhecendo-se a necessidade de providenciar para obviar aos inconvenientes resultantes da falta de moeda na colónia de Moçambique foi publicado o seguinte decreto, na 1.ª série, n.º 192, do "Diário do Governo":

Artigo 1.º É autorizada a emissão de moedas metálicas do facial de \$10, destinadas à colónia de Moçambique.

§ 1.º O montante da emissão é fixado em 16.850.000\$, sendo 2.000.000 de moedas de \$10, no valor de 2000.000\$, 2.000.000 de

moedas de \$20 no valor de 400.000\$, 2.500.000 moedas de \$50, no valor de 1.250.000\$, 2.000.000 de moedas de 1\$, no valor de 2.000.000\$, 1.200.000 moedas de 2\$50, no valor de 3.000.000\$, 1.000.000 de moedas de 5\$, no valor de 5.000.000\$, e 500.000 moedas de 10\$, no valor de 5.000.000\$.

§ 2.º As moedas de \$10 e \$20 serão cunhadas em cobre; as de \$50 e 1\$ serão de cupro-níquel, e as de 2\$50, 5\$ e 10\$ serão de prata.

Art. 2.º As moedas a cunhar em prata serão serrilhadas e terão de um lado os distintivos que foram aprovados para a Ordem do Império Colonial, com a legenda "República Portuguesa," e a era, e do outro as armas de colónia de Moçambique e a legenda "Colónia de Moçambique," e a designação do valor.

Art. 3.º As moedas de cupro níquel terão o anverso igual ao reverso das de prata, substituindo-se a designação do valor pela era; o seu reverso terá a legenda "República Portuguesa," e a designação do valor.

Art. 4.º A moeda de cobre será do mesmo modelo da de cupro-níquel.

Art. 5.º As moedas de prata de 10\$, 5\$ e 2\$50 terão de diâmetro 30, 25 e 20 milímetros e o peso legal de 12g,5, 7 gramas e 3g,5, respectivamente, com uma tolerância de 5 milésimos para mais ou para menos relativamente as primeiras e de 7 milésimos para mais ou para menos nas de 5\$ e 2\$50. O toque legal destas últimas será de 650 e, com relação às restantes, de 835, com uma tolerância, respectivamente, de 5 e 3 milésimos para mais ou para menos.

Art. 6.º As moedas de \$50 e 1\$ de cupro-níquel terão os diâmetros de 22mm,8 e 26mm,8 e o peso legal de 4g,5 e 8 gramas, respectivamente, com uma tolerância de 1,5 centésimos para mais ou para menos. A sua liga será composta de 80 partes de cobre e 20 de níquel, com uma tolerância de 1 centésimo para mais ou para menos.

Art. 7.º As moedas de \$10 e \$20 terão os diâmetros de 22mm,5 e 25 milímetros e o peso legal de 4 e 5 gramas respectivamente, com uma tolerância de 3 centésimos, para mais ou para menos. A sua liga será composta de 96 partes de cobre e 4 de zinco, com uma tolerância de 1 centésimo para mais ou para menos.

Art. 8.º Após a chegada à colónia das moedas de que trata o artigo 1.º, o governador de Moçambique marcará o prazo que entender necessário para serem trocadas por elas todas as cédulas que sejam retiradas da circulação e fornecerá ao Banco Nacional Ultramarino, contra notas equivalentes ao mesmo valor nominal, as moedas de que o mesmo Banco carecer para troca das cédulas que lhe forem apresentadas.

§ único. O governador de Moçambique tornará pública, por portaria, a data a partir da qual as cédulas e o papel fiduciário de 1\$ e de 2\$50 deixam de ter curso legal.

Art. 9.º Na Direcção dos Serviços de Fazenda da Colónia será aberta uma conta de operações de tesouraria sob a epígrafe "Cunhagem de moeda metálica," na qual se debitará a colónia pelas quantias recebidas do Banco Nacional Ultramarino em troca das moedas fornecidas e se creditará pelo custo, fretes, seguro e despesas de amoeidação.

§ único. No Boletim Oficial da colónia de Moçambique será oportunamente publicada uma conta definitiva das operações de tesouraria a que se refere este artigo.

Art. 10.º Terminado o prazo a que se refere o art. 8.º deste diploma o Banco Nacional Ultramarino restituirá ao governo de Moçambique todas as cédulas em seu poder para, perante uma comissão para esse fim nomeada pelo mesmo governo, serem verificadas e inutilizadas, e entregará a este último, em notas, uma importância igual ao valor das cédulas emitidas que não tiverem sido apresentadas para troca por moeda divisionária. A importância assim recebida pelo Banco Nacional Ultramarino deverá entrar como receita de operações de tesouraria sob a epígrafe "Fundo de conversão de cédulas.

Art. 11.º Fica o governo de Moçambique autorizado a utilizar, para o fim indicado no presente diploma, a prata que existir em cobre na colónia e a adquirir a prata fina que ainda for necessária para o mesmo fim.

Art. 12.º As despesas provenientes da aquisição de prata e do pagamento à Casa da Moeda e Valores Selados de um terço do custo da cunhagem da moeda metálica emitida nos termos do artigo 1.º sairão da verba de 950.000\$ inscrita para o mesmo fim no orçamento da colónia de Moçambique em vigor no ano económico corrente.

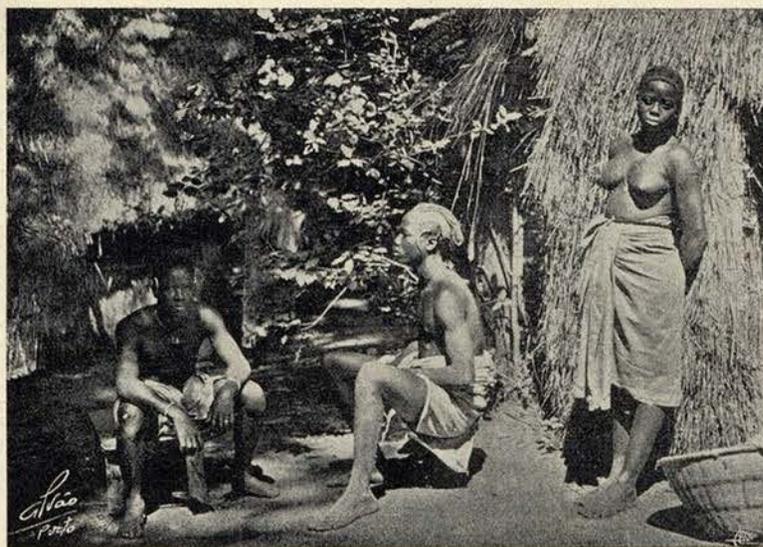
➤ Ainda com respeito à notícia que demos acêrca da destruição da moça tze-tze transmissora da doença do sono informam-nos que vão já muito adiantados os importantes trabalhos em Quelimane especialmente na região da zona ocupada pela floresta de Zalala.

A caça está sendo feita por meio de batidas sistemáticas e gerais, destruindo-se, cortando-se e limpando-se os blocos e faixas florestais, bem como a caça de todas as espécies animais que habitam a referida zona contando-se que dentro em pouco Quelimane esteja livre desse flagelo.

➤ Foi estabelecido um novo farol na ilha de Tambuzi, no Niassa, com o alcance mínimo de 30 milhas.

➤ Foi publicado o decreto 24.319, o qual concede temporariamente à Sociedade Portuguesa do Ultramar, Limitada, licença

## Exposição Colonial Portuguesa



Aspectos íntimos de uma aldeia indígena



para pesquisas mineiras no território do Barué, colónia de Moçambique.

• VAI ser aposentado o sr. dr. Amadeu Ventura, administrador do concelho de Lourenço Marques.

• O governo geral de Moçambique informa que se encontra vago o lugar de director dos serviços de saúde da colónia, em virtude de se terem reformado os coroneis médicos srs. Drs. Ferreira dos Santos e Germano Guerra, que exerceram ultimamente aquele cargo.

• Foram nomeados para fazerem parte da missão de revisão da fronteira entre os territórios da Companhia de Moçambique e a Rodésia Sul, o tenente-coronel da aeronáutica Jorge Castilho e o segundo sargento telegrafista da marinha Luis de Sousa.

• O governador dos territórios da companhia de Moçambique, foi em visita oficial às circunscrições de Manica e Sofala.

## Índia

Foi assinado o decreto nomeando chefe de gabinete do governador geral da Índia, o major de cavalaria sr. Luiz Filipe de Sousa e Faro, em substituição do major da aeronáutica sr. Craiveiro Lopes, que foi nomeado governador do Distrito de Damão.

• VAI proceder-se à revisão dos vencimentos dos funcionários públicos.

• Foi criado um montepio dos servidores do Estado da Índia, visto os funcionários coloniais não poderem ser sócios do Montepio da Metrópole.

• VAI ser contratado um médico radiologista para director do Instituto de Radiologia do Estado da Índia.

• Segundo telegrama do governo Geral da Índia, foi preso um indivíduo que se confessa autor do roubo das valiosas joias do Museu de Goa, e que diz chamar-se Artur Joseph Reynolds, natural de Calcutá.

• Por proposta do governador geral da Índia parece que serão mantidas as organizações dos governos de Damão e Diu.

## Macau

No vapor holandês Indraposra seguiu viagem, para Macau, sob prisão, o director dos correios ultramarinos, sr. Lino Moreira Pinto, que ali vai responder pelo crime de haver cometido um importante desfalque na Caixa Económica Postal daquela colónia.

• VAI ser nomeado adjunto dos serviços da marinha privada de Macau o 1.º tenente sr. Corte Real.

• Foi publicada a portaria n.º 7.875 a qual rejeita o diploma legislativo n.º 387 da colónia de Macau, publicado no *Boletim Oficial* n.º 23, de 9 de julho de 1934, por ter sido ilegalmente promulgado.

• Para o abastecimento de água potável em Macau já está em via de conclusão um reservatório com a capacidade de cem milhões de litros, e em breve será construído um outro com a capacidade de 145 milhões de litros.

• VAI proceder-se a novos e importantes trabalhos no porto de Macau para sua melhor utilização. Já ali se gastaram mais de dezasseis milhões de patacas.

• O governador de Macau, comunicou ter sido louvado pelo muito zelo, dedicação e competência com que desempenhou na colónia os serviços que lhe foram confiados, manifestando sempre o seu saber profissional e invulgares qualidades de actividade, trabalho e inteligência, o capitão-tenente sr. Augusto Soares de Oliveira.

Este oficial imprimiu à instrução física e profissional do pessoal que comandou, um muito notável desenvolvimento.

## Timor

Vai ser publicado um decreto fixando os vencimentos do secretário da Comissão Municipal de Dili.

• Regressou a Dili da sua visita às circunscrições do leste, o sr. governador de Timor.

• Segundo despacho superior, foi aplicada uma pena disciplinar, ao oficial principal da Administração Geral dos Correios e Telégrafos de Timor, sr. Manuel Rodrigues da Silva "por se ter provado o seu desinteresse pelo prestígio e dignidade do funcionalismo."

## BIBLIOGRAFIA

*Velas Gloriosas* é o título de um poema heróico de Landerset Simões em que se procura fazer a história das nossas navegações e descobrimentos.

Obra didáctica realizada na melhor forma merece sem restricções o nosso inteiro aplauso, tanto mais que se trata de um livro como raros aparecem no nosso reduzido mercado.

Referência especial: a edição é ornada de desenhos do autor, por vezes verdadeiramente admiráveis.



### Recebemos e agradecemos :

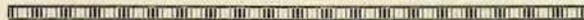
*O pensamento do Ministro das Colónias, Dr. Armindo Monteiro* — edições SPN.

*Album Catálogo da I Exposição Colonial Portuguesa, Civilização* — Número dedicado à Exposição Colonial Portuguesa.

*O Mundo Português* — N.º 6.  
*The African World* — N.º 1660 de 1 de Setembro de 1934.  
*Revista de Artilharia* — N.º 109.  
*Gazeta dos Caminhos de Ferro* — N.º 1121.  
*Ulge Songo — Bembe* — A Circunscrição civil do Bembe na I Exposição Colonial Portuguesa.

*Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística, Angola* — Revista mensal de doutrina.  
*Oriente* — revista mensal N.º 10.  
*Fradique* — N.º 31.

Faz-se referência crítica a todos os livros de que nos forem enviados dois exemplares.



Unico Fabricante/  
**SALVADOR BARATA Lda**  
19 A - Rua da / Galvota - 19 C  
**LISBOA**

# ESTATÍSTICA

## Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1914	1930	1931	1932	1933		1934					
	Julho	Índice-médio	Índice-médio	Índice-médio	Índice-médio	Julho	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho
LISBOA (cidade)	100	1.726	1.302	1.636	1.304	1.210	1.343	1.462	1.290	1.325	1.335	1.271

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

## Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em 30 de Junho de 1934

(Valores em escudos)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo
	Dinheiro em caixa	Depósitos noutros bancos				
Banco de Angola (Sede).....	293.874	2.925.899	—	—	7.073.734	1.821.355
Banco N. Ultramarino (Sede)..	8.499.574	6.712.316	158.546.214	80.115.985	129.784.786	133.094.387

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

## Cotações dos géneros coloniais (Praça de Lisboa)

Géneros	Unidade	Cotações em (a)	
		1929 15 de Janeiro	1934 15 de Julho
Cacau fino.....	15 quilogr.	77\$00	43\$00
Cacau paiol.....	»	62\$00	34\$50
Cacau escolha.....	»	36\$00	25\$00
Café de S. Tomé, fino.....	»	(b) 210\$00	—
Café de Novo Redondo.....	»	124\$00	(d) 48\$00
Café de Ambriz.....	»	123\$00	55\$00
Café de Encoje.....	»	116\$00	54\$00
Café do Cazengo de 2. <sup>a</sup> .....	»	120\$00	52\$00
Coconote.....	»	33\$00	13\$00
Copra.....	»	42\$00	13\$50
Óleo de palma, mole.....	»	45\$00	(e) 21\$50
Rícino.....	»	27\$00	15\$00
Gergelim.....	»	34\$00	(d) —
Algodão.....	Quilog.	10\$00	5\$80
Cera.....	»	16\$00	9\$10
Cola.....	»	6\$00	(d) —
Açúcar, rama.....	»	(c) 1\$70	1\$20
Milho.....	»	\$94	\$70
Coiros.....	»	15\$00	5\$00

(a) As cotações apresentadas representam a média nas datas indicadas ou na data mais próxima — (b) Cotação em 1 de Agosto de 1928 — (c) Cotação em 21 de Setembro de 1928 — (d) Não foi negociado (e) Em tambores.

## Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas por Lisboa em Julho de 1934

MERCADORIAS	QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS		VALOR EM ESCUDOS	
	Julho	Janeiro a Julho	Julho	Janeiro a Julho
<b>Reexportação :</b>				
Cacau .....	141.691	5.606.846	2.581.984\$00	11.581.293\$00
Café .....	355.746	2.861.622	1.342.479\$00	8.842.397\$00
Cera .....	51.266	587.375	350.195\$00	4.014.382\$00
Outras mercadorias .....	155.299	663.966	216.751\$00	1.511.696\$00
Total .....	<u>1.704.002</u>	<u>9.719.809</u>	<u>4.491.409\$00</u>	<u>25.514.768\$00</u>
<b>Trânsito internacional :</b>				
Cacau .....	—	—	—	—
Café .....	49.489	1.771.225	186.190\$00	5.655.190\$00
Cera .....	2.851	52.047	21.610\$00	398.415\$00
Óleos de palma e côco .....	2.046	56.193	1.500\$00	40.760\$00
Outras mercadorias .....	66.214	2.127.178	116.600\$00	3.190.616\$00
Total .....	<u>120.600</u>	<u>4.006.643</u>	<u>325.900\$00</u>	<u>9.284.918\$00</u>

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

## Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas de Janeiro a Julho de 1934

MERCADORIAS	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	India, Macau e Timor
<b>Importadas das Colónias :</b>						
Arroz .....	113.235	—	2.610.510	—	—	—
Açúcar .....	10.439.254	—	—	26.394.218	—	—
Café .....	1.901.613	14.593	27	214	145.092	3.911
Trigo em grão .....	6.539.072	—	—	—	—	—
Peles em bruto .....	488.127	9.692	53.072	22.944	196	—
Algodão em caroço, rama ou cardado .....	354.363	—	—	1.162.731	—	—
Sementes oleaginosas .....	6.349.933	625.264	10.266.709	550.797	2.373.093	—
Milho .....	—	—	—	—	—	—
<b>Exportadas para as Colónias :</b>						
Vinhos do Pôrto (decalitros) .....	4.155	142	252	5.220	132	2.185
» da Madeira (decalitros) .....	25	—	—	71	—	—
» comuns tintos (decalitros) .....	358.289	8.440	36.289	244.284	26.467	10.871
» brancos (decalitros) .....	77.286	1.169	4.956	180.183	2.466	1.329
» licorosos (decalitros) .....	3.750	501	79	745	—	10.498
Conservas de vegetais .....	83.551	2.027	7.272	107.580	5.349	11.218
Sardinhas em salmoura .....	1.046	18	—	460	120	—
Conservas de sardinha .....	26.286	1.918	2.665	69.256	4.407	3.474
Conservas de peixe não especificado .....	1.130	78	267	16.649	11	—
Cortiça em rolas .....	144	85	20	1.612	60	195

Do Boletim da D. G. E.

## Acções de Companhias Coloniais

1934		Vencimento de juros ou dividendo	Último juro ou dividendo pago		VALORES	OFERTAS			
Máximo	Mínimo		Data	Quantia		31 de Julho		30 de Agosto	
						C.	V.	C.	V.
105\$00	66\$00	4-7-1934	1933	L. 4\$00	Agrícola das Neves .....	83\$00	83\$00	82\$00	84\$00
87\$00	61\$00	27-11-1933	1932	L. 3\$00	Agricultura Colonial (Soc.) .....	77\$00	79\$00	70\$00	—
395\$00	250\$00	17-3-1934	1933	L. 15\$00	Açúcar de Angola .....	364\$00	366\$00	389\$00	395\$00
50\$00	30\$00	15-7-1929	1928	£ 0-3-2 2/5	Boror .....	—	—	—	—
20\$00	7\$50	—	1927	—	Cabinda .....	—	16\$00	—	—
54\$00	37\$00	11-7-1929	1928	£ 0-0-0,6	Buzi—de 1 a 150.000 1. <sup>a</sup> Em. ....	43\$00	44\$00	40\$00	42\$00
53\$00	38\$00	11-7-1929	—	£ 0-0-0,6	Buzi—de 150.001 a 300.000 2. <sup>a</sup> Em. ....	—	44\$50	—	—
27\$00	9\$00	1-4-1929	1927	L. 10\$00	Colonial de Navegação .....	15\$00	—	21\$00	22\$00
160\$00	114\$00	1-5-1934	1933	L. 5\$00	Ilha do Príncipe .....	134\$00	138\$00	136\$00	137\$00
12\$90	9\$00	2-6-1930	1928-29	L. \$99	Zambézia—t. 25 .....	8\$50	9\$50	—	9\$00

# BANCO DE PORTUGAL

Situações semanais em 8 e 15 de Agosto de 1934

<b>1—Encaixe-ouro:</b>				
a) Caixa-ouro-metal .....	898.750.669\$28	899.066.967\$14	+	319.297\$86
b) Ouro depositado noutros bancos .....	825.000\$00	825.000\$00		—\$—
2—Disponibilidades ouro e outras reservas .....	351.085.294\$04	358.461.135\$71	+	7.375.841\$67
3—Outras disponibilidades em várias moedas .....	34.091.928\$08	34.860.811\$21	+	769.583\$13
4—Moeda divisionária .....	12.844.920\$08	12.794.860\$69	—	50.059\$39
5—Diversos títulos de crédito .....	69.192.890\$94	69.120.972\$32	—	13.058\$56
<b>6—Carteira comercial:</b>				
Letras do país e outras .....	310.921.880\$53	313.820.801\$98	+	2.898.921\$45
9—Divida do Estado .....	1.050.106.337\$62	1.050.106.337\$62		—\$—
10—Edifícios, máquinas e móveis .....	36.907.638\$23	36.954.741\$00	+	47.102\$77
11—Outras verbas do activo .....	516.673.786\$27	523.975.825\$08	+	7.301.838\$71
12—Fundos próprios do Banco .....	176.121.447\$00	176.121.447\$00		—\$—
14—Notas em circulação .....	1.903.364.045\$50	1.894.307.739\$50	—	9.056.306\$06
<b>15—Outras responsabilidades—escudos à vista:</b>				
1—Depósitos e contas correntes:				
a) Tesouro Público e/c. ....	373.306.003\$92	380.605.548\$90	+	7.229.544\$98
b) Junta do Crédito Público .....	7.972.585\$13	17.919.001\$66	+	9.446.416\$53
c) Bancos e banqueiros .....	434.733.800\$80	437.235.069\$49	+	3.101.268\$69
d) Outros depósitos .....	24.342.038\$13,5	24.223.958\$22,5	—	18.079\$91
e) Diversos .....	7.490.524\$72	8.041.206\$46	+	550.681\$74
2—Cheques a pagar .....	1.129.171\$78	774.036\$14	—	355.135\$64
<b>16—Responsabilidades em moeda estrangeira:</b>				
a) Saldo no estrangeiro e outras responsabilidades .....	160.036\$06	75.834\$55	—	84.201\$71
b) Diversos .....	432.434\$12	520.279\$64	+	87.845\$52
18—Outras verbas do passivo .....	352.877.557\$90,5	360.063.131\$38,5	+	7.185.573\$18
Total do balancete .....	3.698.873.711\$95	3.667.845.073\$74	+	18.971.361\$79
19—Responsabilidades—escudos à vista .....	2.751.738.169\$98,5	2.763.206.560\$37,5	+	11.468.390\$39
20—Encaixe-ouro .....	899.575.669\$28	899.891.967\$14	+	316.297\$86
21—Proporção do encaixe-ouro para as responsabilidades à vista	32,69 0/0	32,36 0/0	—	0,13 0/0
Proporção .....	45,44 0/0	45,53 0/0	+	0,09 0/0

## Companhia de Mossâmedes

*Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, com o Capital*

Autorizado—Esc. 20.000.000\$00

Subscrito — Esc. 13.995.000\$00

SEDE SOCIAL

Lisboa—R. Vitor Cordon, 12-1.º

Telefone: 2 4174

SEDE DO COMITÊ FINANCEIRO

na Banque des Interets Français

23, Rue Louis le Grand — PARIS

SEDE EM ÁFRICA

SÁ DA BANDEIRA—(Lubango)

Criação e Comércio de gados—Explorações agrícolas—Instalações no *Lubango*, *Tchipa*, *Ediva*, *Palanca*, *Culueque* e *Tchifito*

## Companhia do Sul de Angola

*Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, com o Capital*

Autorizado—Esc. 10.000.000\$00

Subscrito — Esc. 6.000.000\$00

SEDE SOCIAL

Lisboa—R. Vitor Cordon, 12-1.º

Telef. 2 4174 — End. Tel. *SULANGOLA*

SEDE EM ÁFRICA

MOSSAMEDES—África Ocidental

EXPLORAÇÕES

PESCA—Baía das Moscas, Mos-

sâmedes—Praia Amélia, Pôrto

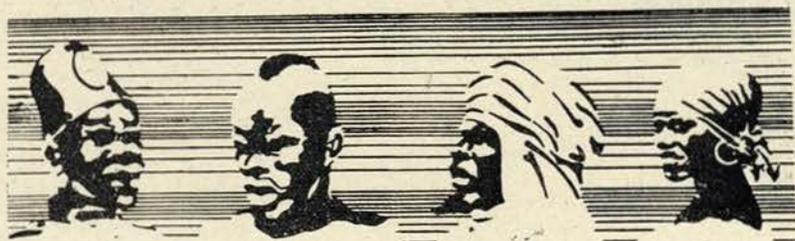
Alexandre

*Fabrico de Conservas, Farinhas e Óleos de Peixe, Pasta Azotada—Fábrica AFRICANA—Mossâmedes*

AGRICULTURA E CRIAÇÃO DE GADO

Mossâmedes, Giraul, S. Nicolau,

S. João do Sul, Caroca e Pinda



Todos os Portugueses  
devem visitar a  
**1.<sup>a</sup> Exposição Colonial Portuguesa**

N O

P O R T O

Junho—Setembro de 1934

**PORTUGAL COLONIAL**

**REVISTA DE PROPAGANDA  
E EXPANSÃO COLONIAL**

**Director—ÁLVARO AFONSO DOS SANTOS**

**Assuntos económicos—comerciais  
agrícolas, industriais e financeiros.  
Informações de todo o mundo colonial**

**AGENTES EM TODAS AS CIDADES ULTRAMA-  
RINAS, MADEIRA, AÇORES, BRASIL, ETC.**

**CONDIÇÕES DE ASSINATURA**

*Metrópole e Ilhas Adjacentes:*

Avulso .....	3\$00
Semestre .....	18\$00
Ano .....	36\$00

*Colónias Portuguesas e Brasil:*

Avulso .....	4\$50
Semestre .....	25\$00
Ano .....	50\$00

ESTRANGEIRO (Ano)..... 60\$00

# "Portugal Colonial," SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

**N**O INTUITO DE SERVIR OS SEUS LEITORES DAS COLÓNIAS, A ADMINISTRAÇÃO DA "PORTUGAL COLONIAL," ACABA DE ORGANIZAR UM SERVIÇO DE INFORMAÇÕES QUE DO-RAVANTE FICA À SUA DISPOSIÇÃO.

**T**ODA A GENTE QUE VIVE NO ULTRAMAR TEM UMA COMPRA, UMA VENDA OU QUALQUER OUTRA TRANSACÇÃO OU DILIGÊNCIA A REALIZAR EM LISBOA. UTILIZE O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES E FICARÁ SATISFEITO.

**N**ÃO COMPRE POR CATÁLOGOS. O VENDEDOR SO TEM UM INTERESSE — *VENDER* — EMBORA NEM SEMPRE O QUE MAIS CONVÉM AO CLIENTE. DIGA-NOS O QUE DESEJA E INFORMÁ-LO-EMOS CRITERIOSAMENTE.

**N**ÃO INCOMODE OS SEUS AMIGOS DA METRÓPOLE COM PEDIDOS QUE NÓS PODEREMOS SATISFAZER MELHOR DO QUE ÊLES. O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES ESCOLHERÁ A SEU CONTENTO O QUE DESEJA.

**S**E QUERE SABER PREÇOS E QUALIDADES DO QUE SE VENDE OU SE COMPRA EM LISBOA, SE QUERE ORÇAMENTOS OU ESTIMATIVAS, ESCREVA-NOS. O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES ESTÁ APTO A RESPONDER-LHE.

**T**UDO O QUE EXIJA CRITÉRIO NA ESCOLHA — MAQUINISMOS, FERRAMENTAL, PRODUTOS, MATÉRIAS PRIMAS, ETC. — O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES PODERÁ ESCOLHER EM SEU LUGAR. DIGA-NOS COM PRECISÃO O QUE DESEJA.

**S**E PRETENDE VENDER, PODEREMOS AUXILIÁ-LO NA VENDA. TALVEZ ENCONTREMOS O COMPRADOR QUE LHE CONVÉM, POIS TRABALHAREMOS PARA O CONSEGUIR. DIRIJA-SE AO NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES.

**P**ARA A EXPANSÃO DA "PORTUGAL COLONIAL," O NOSSO INTERESSE É SERVIR COM METICULOSIDADE E EMPENHO OS SEUS LEITORES. O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES QUERE SER O SEU AGENTE DE CONFIANÇA.

**T**ODOS OS PEDIDOS DE INFORMAÇÕES SOBRE A PRAÇA DE LISBOA DEVEM VIR ACOMPANHADOS DA IMPORTÂNCIA DE ESC. 6\$00 OU SEU EQUIVALENTE EM MOEDA LOCAL, PARA DESPESAS DE EXPEDIENTE, E SER DIRIGIDOS À ADMINISTRAÇÃO DA REVISTA "PORTUGAL COLONIAL," — RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º, LISBOA — TELEFONE 2 4253 — TELEGRAMAS "MINERVA,".

